

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

Barbacena

2025

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UEMG	
Reitora	Lavínia Rosa Rodrigues
Vice-Reitor	Thiago Torres Costa Pereira
Pró-Reitora de Graduação	Patrícia Maria Caetano de Araújo
Pró-Reitor de Extensão	Moacyr Laterza Filho
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação	Vanesca Korasaki
Pré-Reitora de Gestão, Planejamento e Finanças	Sílvia Cunha Capanema
Diretora da Unidade Acadêmica de Barbacena	Rita de Cássia Oliveira
Vice-Diretora da Unidade Acadêmica De Barbacena	Sandra Lúcia Magri
Endereço Eletrônico da Unidade	uemg.br/barbacena
Comissão elaboradora do PPC do Curso Superior de Tecnologia de Gestão Pública da UEMG Barbacena	Juliana dos Santos Somorinha Luciano Alves Nascimento Rita de Cássia Oliveira Shirley Alves Torquato Taynara Camila de Barros Fonseca

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Instituição de Ensino Superior	Universidade do Estado de Minas Gerais
Natureza jurídica	Autarquia Estadual
Representante legal	Reitora Lavínia Rosa Rodrigues
Endereço da sede e Reitoria	Av. Presidente Antônio Carlos, 7.545 – Bairro: São Luiz. BH/MG Tel.: (31) 2323-6669
CNPJ	65.172.579/0001-15
Ato de criação	Art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Mineira de 1989
Ato regulatório de credenciamento	Lei Estadual nº 11.539, de 23 de julho de 1994
Ato regulatório de credenciamento	Resolução SEE nº 5.010, de 10/05/2024, publicada em 11/05/2024
Ato regulatório de credenciamento para oferta de cursos a distância	Portaria MEC Nº 1369, publicada em 07 de dezembro de 2010
Ato regulatório de credenciamento para oferta de cursos a distância	Portaria nº 1402 de 06/11/2017, publicado em 07/11/2017

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	
Estabelecimento de Ensino	Universidade do Estado de Minas Gerais
Unidade Acadêmica	Instituto Superior de Educação "Dona Itália Franco"Barbacena
Endereço de Funcionamento do Curso	Rua Coronel José Máximo, 200, São Sebastião, Barbacena, MG, CEP: 36.202-284.
Endereço eletrônico:	www.uemg.br
Curso	Gestão Pública
Habilitações	Tecnologia
Modalidade	Presencial
Carga Horária Total do Curso	1680 horas-relógio
Público-alvo:	Ingressantes com interesse na formação para o trabalho como gestores, analistas e demais cargos técnicos em instituições públicas dos entes federativos, bem como em organizações da sociedade civil e entidades privadas que operam em interface com o setor público. O curso também se destina a profissionais que desejam desenvolver competências específicas em gestão pública, tais como planejamento, execução e avaliação de políticas, administração pública, gestão orçamentária e financeira, governança e participação social.
Turno de Funcionamento	Noturno
Dias Letivos:	100 dias letivos por semestre
Tempo de integralização do curso	Mínimo: 4 semestres (2 anos) Máximo: 6 semestres (3 anos)
Número de vagas autorizadas	40 vagas anuais
Formas de Ingresso	Vestibular, SISU (ENEM), Obtenção de Novo Título, Transferência e Reopção
Semestre letivo	Matrícula semestral por disciplina Semestre composto por 18 (dezoito) semanas, com até 6 (seis) dias letivos por semana
Horário de Funcionamento	18h50min às 22h20min
Ato de autorização do curso	
Município de Implantação	Barbacena
Telefone	+55 32 3052 3100

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	5
2	A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS	8
3	UNIDADE ACADÊMICA DE BARBACENA.....	9
3.1	Objetivos da Unidade Barbacena da UEMG	12
3.2	Dimensões formativas estabelecidas e a criação de cursos de Graduação Tecnológica da Unidade Barbacena da UEMG	12
3.3	Panorama dos cursos de Graduação Tecnológica no Brasil e início desta oferta na Unidade Acadêmica de Barbacena	13
3.4	Infraestrutura da Unidade Acadêmica de Barbacena.....	15
3.4.1	Biblioteca da Unidade Acadêmica de Barbacena	17
3.4.2	Laboratório de Informática	21
3.4.3	Salas de estudos e multiuso dos discentes e docentes	22
3.5	Avaliação Institucional	22
3.6	Estrutura administrativa.....	23
3.6.1	Diretoria	24
3.6.2	Secretaria Acadêmica	24
3.6.3	Departamento de Tecnologia, Informação e Comunicação (DETIC)	25
3.6.4	Departamentos Acadêmicos	25
3.6.5	Colegiados de Cursos e NDEs	26
3.6.6	Coordenações de Pesquisa e Extensão	28
3.6.7	Núcleo de Estágio	29
3.6.8	Comissão Própria de Avaliação – Unidade Acadêmica de Barbacena.....	29
3.6.9	Empresa Júnior.....	31
3.6.10	Apoio ao Discente	32
4	CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA.....	36
4.1	Histórico, perfil do curso e justificativa de oferta	36
4.2	Objetivos do curso de tecnólogo em Gestão Pública	39
4.2.1	Objetivo Geral	39
4.2.2	Objetivos Específicos.....	39
4.3	Perfil do egresso: características, competências, habilidades e áreas de atuação	40
4.4	Regime de Matrícula	41
4.5	Avaliação do processo de ensino e aprendizagem	41
4.6	Concepção e princípios metodológicos	43
4.7	Diretrizes Pedagógicas do Curso para a inclusão, diversidade e formação cidadã	47
4.8	Matriz curricular.....	48
4.8.1	Disciplinas à Distância	53
4.8.2	Atividades de Extensão	55
4.8.3	Ementário das Disciplinas e referências por período	57

5	REFERÊNCIAS	88
	APÊNDICE 1 – Regulamentação do Projeto Interdisciplinar	94
	APÊNDICE 2- Regulamento de atividades de extensão dos cursos superiores presenciais da Unidade Acadêmica de Barbacena - Instituto Superior de Educação “Dona Itália Franco” Barbacena	97

1 APRESENTAÇÃO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), da Unidade Acadêmica Barbacena, nasce das demandas sociais e do reconhecimento de que governar bem requer compreender a Gestão Pública em toda a sua complexidade – administrativa, social, histórica, política e cultural e de que, por isso, requer formação específica para gerir cumprindo os princípios da Administração Pública de acordo com o estatuído no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e todos os seus desdobramentos no campo da prática gestora em instituições públicas.

A Unidade Acadêmica UEMG Barbacena está situada na Região do Campo das Vertentes, em Minas Gerais. Desde 2002 atende as demandas regionais cumprindo a missão maior da UEMG a partir da sua instalação na cidade de Barbacena, que é polo regional de prestação de serviços públicos na referida região do Campo das Vertentes. Via de regra, os cargos de Direção Escolar e quadros das Secretarias de Educação tem a formação inicial nas licenciaturas. Como importante instituição formadora de Professores, a Unidade Barbacena tem, desde a criação, forte vocação para formar gestores educacionais. Nesta trajetória formativa longa, do acúmulo de conhecimentos na área de gestão pública pelos Professores da UEMG Barbacena nas suas ações de ensino, de pesquisa e de extensão, bem como do estreitamento das relações entre a UEMG Barbacena e demais instituições públicas de Barbacena, teve origem a identificação da demanda social e a possibilidade de atendê-la a partir da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

A oferta deste Curso visa contribuir com o desenvolvimento regional, reconhecendo que a gestão pública está a requerer, cada vez mais, conhecimentos específicos para a realização de práticas para as quais este Curso poderá, efetivamente, contribuir na elevação da qualidade dos serviços públicos prestados na cidade de Barbacena e nas cidades da região de Campo das Vertentes. Com isto, este Curso se inscreve, também, nas ações da UEMG como Universidade Pública que tem a finalidade o desenvolvimento regional a partir da formação de sujeitos capazes de dialogar com as demandas locais e regionais, articulando inovação, eficiência, eficácia e responsabilidade social nos diferentes níveis e nas diferentes áreas de governo.

Barbacena reúne forte tradição nos serviços públicos municipais, estaduais e federais, bem como é forte referência no desenvolvimento das ações das Organizações Não Governamentais (ONG) e que se associam aos setores públicos na realização de trabalhos afins. O Curso foi concebido, também, para atender às necessidades dessa realidade social, preparando profissionais aptos a planejar, executar, monitorar e aperfeiçoar políticas públicas com foco em resultados e crescente ampliação da participação social. Ao longo dos quatro semestres deste Curso Tecnólogo em Gestão Pública, estudantes desenvolverão competências em planejamento governamental, administração pública, gestão orçamentária e financeira em instituições públicas, gestão de pessoas, governança digital, controle social, contratos e convênios. Os conhecimentos das disciplinas estarão sempre ancorados em perspectivas contemporâneas de gestão e as práticas serão pautadas em experiências extensionistas junto às Prefeituras, às Câmaras municipais, aos diversos Órgãos Estaduais e às organizações não governamentais (ONG).

O curso terá a sua atualização permanente a partir da matriz curricular redesenhada à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 01, 2021). O § 3º do art. 5º desta Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, dispõe sobre o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) e o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) orientando a organização dos cursos e dando visibilidade às ofertas de Educação Profissional e Tecnológica. A Portaria nº 514, de 4 de junho de 2024 do Ministério da Educação aprovou a 4ª edição do CNCST e incorporou Áreas Tecnológicas aos Eixos Tecnológicos do CNCST e do CNCT instituindo marco normativo que aponta para a atualidade desta formação tecnológica em nível superior.

A organização curricular do Curso tem como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica (Resolução CNE/CP nº 01, 2021), bem como o Decreto Federal nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Como marco normativo, o referido Decreto Federal nº 12.456 de 2025 determina, no seu § 1º do art. 10, o limite de até 30% da carga horária em atividades on-line síncronas ou assíncronas, permitindo itinerários formativos ampliados sem comprometer a interação entre docentes e discentes. Neste curso, esta flexibilização tem objetivo de contribuir para aprimorar a qualidade formativa, potencializando a integração entre as disciplinas dos outros Cursos da Unidade,

bem como a integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão e as atividades desenvolvidas para a curricularização da extensão.

Um diferencial importante da oferta deste Curso é a ênfase na extensão universitária. Em consonância com as normas acadêmicas da UEMG, o estudante deve cumprir ao menos 10% da carga horária total em atividades extensionistas, como oficinas de capacitação para servidores públicos nos diversos setores dos entes federativos, diagnósticos participativos em bairros e distritos de Barbacena, hackathons com foco em transparência pública, no apoio técnico aos órgãos públicos, nas ações para aprimorar a implementação de políticas públicas, entre outros. Essas experiências visam fortalecer a formação inicial dos discentes e estimular práticas de gestão orientadas para a transformação social.

Conforme já referido, o projeto pedagógico do curso também converge com a missão institucional da UEMG, expressa em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023–2027), que busca promover Ensino, Pesquisa e Extensão para formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração das regiões mineiras. Para isso, o curso adota metodologias ativas como problematização, estudos de caso, aprendizagem baseada em projetos, práticas, avaliação formativa contínua valorizando competências técnicas e sociais, além de incentivar a produção científica em gestão pública local, por meio da participação no Grupo de Estudos em Políticas Públicas Locais (GEPPBarbacena).

No que tange aos seus fundamentos legais, o curso observa, também, a Resolução CEE/MG nº 482/2021 (regulação da educação superior no sistema estadual), a Resolução CNE/CP nº 1/2021 (Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional e Tecnológica – DCNs EPT) e a Resolução Normativa 649 de 2024 do Conselho Federal de Administração, quanto ao registro profissional dos egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

O Projeto Pedagógico está estruturado em três capítulos: o primeiro aborda o histórico, a missão, a estrutura e as políticas institucionais da Universidade do Estado de Minas Gerais; o segundo apresenta a Unidade Barbacena, seu contexto regional, infraestrutura acadêmica e as principais linhas de pesquisa e extensão; e o terceiro descreve o Curso de Tecnologia em Gestão Pública, com foco no perfil profissional de conclusão, na matriz curricular, na metodologia adotada, nos critérios de avaliação, no corpo docente e na gestão acadêmica.

Ao escolher o ingresso neste Curso da UEMG Barbacena, o estudante poderá assumir o protagonismo de sua trajetória formativa e profissional e integrar-se a uma comunidade acadêmica que une tradição acadêmica e prestação de serviço público, compromisso social e inovação, pronta para formar gestores públicos capazes de responder – com competência técnica e sensibilidade cidadã – aos desafios contemporâneos do setor público mineiro e brasileiro.

2 A UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS

A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) representa uma alternativa concreta e rica de aproximação do estado mineiro com suas regiões e mesorregiões, contemplando e dando visibilidade às questões locais da população de Minas Gerais, seja por meio do desenvolvimento de pesquisas locais e/ou da formação intelectual no interior do Estado. Por sua vocação, tem sido agente do setor público junto às comunidades, colaborando na solução de seus problemas, por meio do ensino, pesquisa e extensão e na formatação e implementação de projetos de desenvolvimento.

Para firmar-se no contexto do Ensino Superior no Estado e buscando estar presente em suas mais distintas regiões, a UEMG adota um modelo *multicampi*, constituindo-se não apenas como uma alternativa aos modelos convencionais de instituição de ensino, mas também atuando de forma política no desenvolvimento regional. Assim, a Universidade apresenta uma configuração ao mesmo tempo universal e regional, abrangendo localidades distintas do estado, e suas demandas diversas e, simultaneamente, adotando uma posição que permite um universalismo na gerência de tais demandas. Deste modo, ela diferencia-se das demais Instituições de Ensino Superior pelo seu compromisso com o Estado de Minas Gerais e com as regiões nas quais se insere em parceria com o Governo do Estado, com os municípios e com empresas públicas e privadas. Compromisso este, notado quando se atém a um breve histórico da formação de suas Unidades Acadêmicas.

A UEMG foi criada em 1989, mediante determinação expressa no Art. 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição do Estado de Minas Gerais e a sua estrutura foi regulamentada pela Lei nº 11.539, de 22 de julho de 1994, que a definiu como uma autarquia de regime especial, pessoa jurídica de direito público, com sede

e foro em Belo Horizonte, com autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar, incluída a gestão financeira e patrimonial.

Tendo em vista que em 2010 a Universidade realizou seu credenciamento junto ao Ministério da Educação, por meio da Portaria no 1.369 de 07 de dezembro de 2010, para oferta de cursos de Educação à Distância, a Portaria no 1402 de 06/11/2017 recredencia a UEMG para oferta de cursos superiores na modalidade a distância.

Por meio da Lei nº 20.807, de 26 de julho de 2013, foi prevista a estadualização das fundações educacionais de ensino superior associadas à UEMG, de que trata o inciso I do § 2º do art. 129 do ADCT, a saber: Fundação Educacional de Carangola; Fundação Educacional do Vale do Jequitinhonha, de Diamantina; Fundação de Ensino Superior de Passos; Fundação Educacional de Ituiutaba; Fundação Cultural Campanha da Princesa, de Campanha e Fundação Educacional de Divinópolis; bem como os cursos de ensino superior mantidos pela Fundação Helena Antipoff, de Ibirité, estruturada nos termos do art. 100 da Lei Delegada nº 180, de 20 de janeiro de 2011.

3 UNIDADE ACADÊMICA DE BARBACENA

A Unidade Barbacena da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) materializa, desde 2002, o compromisso da universidade com a interiorização do ensino superior público, gratuito e de qualidade em Minas Gerais. Implantada por meio do Decreto nº 42.235/2002, como resposta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), que passou a exigir formação superior para o exercício do magistério, a unidade nasceu com vocação para a formação docente, com forte impacto na estruturação e valorização das redes de ensino da mesorregião Campo das Vertentes.

Com sede na cidade de Barbacena, que é um polo regional com população estimada em mais de 139 mil habitantes (Censo IBGE 2022), a unidade cumpre papel estratégico na formação de profissionais que atuam nas redes públicas municipal, estadual e federal de educação, além de órgãos da administração pública direta e indireta, organizações da sociedade civil e instituições de assistência social. Somente na área da educação, estima-se

que mais de 2.500 servidores públicos atuem na cidade, somando-se professores da rede municipal, estadual, federal (como o IF Sudeste MG) e técnicos administrativos. Essa realidade é acompanhada por outras esferas do funcionalismo local: a saúde pública com aproximadamente 1.800 profissionais, a segurança pública com cerca de 1.200 servidores (entre Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Penal), e mais de 1.500 trabalhadores vinculados à administração direta, ao judiciário e a autarquias públicas.

Desde sua criação, a UEMG Barbacena já formou mais de 1.400 pedagogos com habilitação para atuar na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Esses profissionais vêm sendo absorvidos pelas redes de ensino dos 24 municípios que integram a jurisdição da Superintendência Regional de Ensino de Barbacena, bem como em escolas privadas e outras instituições educacionais da região. Até 2008, essa formação se dava por meio do Curso Normal Superior, e a partir de então, com a implantação do Curso de Pedagogia, consolidou-se uma proposta mais abrangente, alicerçada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que define a natureza das universidades públicas brasileiras.

Em consonância com essa vocação, a unidade diversificou sua oferta formativa a partir de 2012 com a criação do Curso de Ciências Sociais, e posteriormente, a partir de 2023, com a abertura do Curso de Bacharelado em Serviço Social, cuja proposta está orientada à formação crítica de profissionais aptos a atuar nas políticas públicas de assistência e no fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A integração entre os cursos de Pedagogia e Serviço Social permite que a unidade atue em um eixo de forte impacto social, voltado à formulação, regulamentação e implementação de políticas públicas nos campos da educação, do trabalho social com famílias, da intersetorialidade entre educação, saúde e assistência, e da gestão pública municipal e regional.

A UEMG Barbacena atrai estudantes de dezenas de municípios da região, como Antônio Carlos, Alfredo Vasconcelos, Alto Rio Doce, Barroso, Carandaí, Dolores de Campos, Ressaquinha, Prados, Santa Rita de Ibitipoca, Bias Fortes, entre outros. A presença desses estudantes dinamiza o ambiente acadêmico, promove intercâmbio de saberes e contribui para a expansão do capital humano regional. Ao mesmo tempo, os egressos da unidade retornam a seus municípios de origem como multiplicadores de conhecimento e agentes de

transformação social.

Com infraestrutura própria, corpo docente qualificado, e forte inserção comunitária por meio de projetos de extensão, grupos de pesquisa e parcerias com prefeituras, conselhos, escolas e secretarias municipais, a UEMG Barbacena firma-se como um centro irradiador de políticas públicas, de saberes pedagógicos e sociais e de desenvolvimento regional. A unidade oferta, atualmente, 80 vagas anuais para o curso de Pedagogia e 40 vagas para o curso de Serviço Social, com expectativa de ampliação da oferta formativa a partir do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, previsto para iniciar em breve. Tal expansão visa potencializar ainda mais a capacidade da UEMG de formar quadros qualificados para o serviço público e para a atuação cidadã nos territórios locais.

Alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMG (PDI 2023–2027) e aos objetivos definidos no artigo 3º da Lei Estadual nº 11.539/1994, que rege a atuação da universidade com vistas ao desenvolvimento das regiões mineiras, a Unidade Barbacena reafirma, a cada nova turma, seu compromisso com a democratização do acesso ao ensino superior, com a formação crítica e ética de seus estudantes, e com a construção de um projeto de universidade pública enraizado nos territórios e comprometido com o bem comum.

Além da oferta presencial dos cursos de graduação, a Unidade Barbacena da UEMG também sedia um polo associado da Universidade Aberta do Brasil (UAB), ampliando o alcance da formação superior por meio da educação a distância. Em parceria com o Sistema UAB, a Unidade tem contribuído para a qualificação de professores em exercício na rede pública de ensino, por meio de cursos de Segunda Licenciatura, bem como para a formação continuada de profissionais da educação, com cursos de pós-graduação lato sensu.

Entre os cursos ofertados destacam-se as segundas licenciaturas em Letras/Português (iniciada em maio de 2024) e em Educação Musical Escolar (iniciada em maio de 2024), além da especialização em Gestão em Saúde (iniciada em maio de 2024). Está prevista, ainda, a abertura da especialização em Gestão Escolar, com início programado para o ano de 2026.

A atuação do polo UAB-Barbacena fortalece a presença da UEMG no território, promovendo a inclusão educacional e o aperfeiçoamento profissional em consonância com

os princípios da universidade pública, da valorização da docência e da profissionalização dos cidadãos a fim de ampliar as oportunidades de desenvolvimento e crescimento econômico individual e social. Mais que uma instituição de ensino, a UEMG Barbacena é espaço de vida, de encontros e de possibilidades. Um lugar onde o saber acadêmico dialoga com a realidade social, e onde sonhos se transformam em trajetórias profissionais a serviço do povo mineiro.

3.1 Objetivos da Unidade Barbacena da UEMG

- Promover a inclusão educacional e a formação ética e qualificada para o mundo do trabalho;
- Incentivar a produção de conhecimento e a inovação científico-tecnológica por meio da integração entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Fomentar e potencializar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão crítica dos processos científico-tecnológicos pelos discentes;
- Desenvolver processos formativos com foco na formulação, implementação e análise de políticas públicas;
- Reafirmar o reconhecimento da função social da universidade pública como agente de transformação social e de desenvolvimento regional.

3.2 Dimensões formativas estabelecidas e a criação de cursos de Graduação Tecnológica da Unidade Barbacena da UEMG

A proposta de implantação de cursos superiores de tecnologia na Unidade Acadêmica de Barbacena da UEMG, iniciada com a criação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, insere-se em um movimento de expansão e diversificação da oferta formativa, que dialoga com a trajetória já consolidada desta Unidade da UEMG na formação de a) professores: Pedagogia, Ciências Sociais, Letras – UAB, Educação Musical Escolar – UAB; b) bacharéis Assistentes Sociais e c) pós – graduação : Especialização em Gestão da Saúde e Especialização em Gestão Escolar.

Tendo em vista o contexto regional, fortemente caracterizado pela presença de instituições públicas e pela constante demanda por quadros técnicos qualificados para atuar nas

políticas sociais e na administração pública, os cursos tecnológicos emergem como instrumentos estratégicos, na Unidade Acadêmica de Barbacena, para contribuir com a qualificação célere e eficiente de profissionais aptos a enfrentar os desafios contemporâneos do setor público.

Nesse cenário, o processo de formação dos estudantes nos cursos superiores de tecnologia será estruturado em três dimensões estratégicas de formação, quais sejam: – Formação Básica, Formação Específica e Formação Profissional – que, de maneira articulada e complementar, orientarão o desenho curricular do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública e outras formações de Tecnologia que se tornarem demandadas no futuro dos cursos. Essa organização busca priorizar a integração entre teoria e prática, favorecendo o desenvolvimento de competências adaptadas às exigências contemporâneas do setor público e da sociedade.

- **Formação Básica:** voltada ao desenvolvimento de condições cognitivas, socioemocionais, culturais e comunicacionais, que permitam aos estudantes construir significados a partir de suas experiências sociais e ampliar sua capacidade de leitura crítica da realidade.
- **Formação Específica:** dedicada à apropriação de instrumentos, linguagens, técnicas e códigos próprios da área de atuação, com vistas a agregar valor à prática profissional em contextos específicos.
- **Formação Profissional:** relacionada ao domínio de procedimentos técnicos, referenciais éticos e fundamentos práticos que sustentam o exercício da profissão de tecnólogo, em consonância com as demandas sociais e institucionais contemporâneas.

3.3 Panorama dos cursos de Graduação Tecnológica no Brasil e início desta oferta na Unidade Acadêmica de Barbacena

O crescimento dos Cursos Superiores de Tecnologia no Brasil evidencia o papel estratégico dessa modalidade formativa na ampliação do acesso ao ensino superior e na qualificação rápida e consistente de profissionais para os desafios do mundo do trabalho. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP,

2022) mostram um aumento significativo nas matrículas em cursos tecnológicos, tanto em instituições públicas quanto privadas, impulsionado por políticas educacionais de incentivo à flexibilidade curricular, à empregabilidade e à formação prática de curta duração.

Esse crescimento também dialoga com a necessidade de formação mais ágil, porém consistente, de profissionais capazes de atuar em contextos marcados por transformações tecnológicas, reorganização do setor público, complexificação das políticas sociais e novas exigências de gestão pública. No caso da Unidade Acadêmica de Barbacena da UEMG, a oferta de cursos tecnológicos se articula com a própria realidade da região, amplamente caracterizada pela presença do funcionalismo público nas áreas de educação, saúde, assistência social e segurança.

A pandemia da COVID-19, especialmente nos anos de 2020 e 2021, evidenciou as fragilidades do acesso à educação superior e reforçou a urgência da adaptação das instituições a novas dinâmicas de ensino. A crise sanitária e econômica gerou retração temporária nas matrículas, mas também impulsionou inovações metodológicas e o reconhecimento da importância de ampliar a inclusão educacional. Nesse contexto, a UEMG, enquanto universidade pública comprometida com o desenvolvimento regional, posiciona-se como agente essencial para a construção de trajetórias acadêmicas significativas, especialmente para estudantes de origem popular.

A expansão da UEMG Barbacena por meio dos cursos tecnológicos atende a essa missão: ampliar o acesso, qualificar a formação, valorizar saberes locais e oferecer alternativas formativas que estejam alinhadas às demandas reais do setor público, das políticas sociais e das administrações municipais e estaduais.

A proposta de criação dos Cursos Superiores de Tecnologia na Unidade Acadêmica de Barbacena da UEMG está fundamentada na missão institucional de promover o desenvolvimento regional por meio de uma educação pública, crítica, ética e socialmente comprometida. Trata-se de um desdobramento coerente a partir da experiência consolidada da unidade na formação docente e nas ciências sociais aplicadas, com mais de duas décadas de atuação regional e mais de 1.400 pedagogos formados até 2024.

O marco estratégico desses cursos, a partir deste curso, a primeiro Curso Superior de

Tecnologia da Unidade Barbacena, considera os seguintes pressupostos:

- As rápidas transformações nos paradigmas do conhecimento e nas tecnologias desafiam os modelos tradicionais de formação superior, exige propostas curriculares mais flexíveis, contextualizadas e conectadas às realidades locais;
- A possibilidade de expansão do ensino superior público, especialmente em regiões do interior como Barbacena e sua mesorregião, constitui-se como vetor estratégico para o fortalecimento das capacidades institucionais e para a redução das desigualdades sociais e territoriais;
- A Educação Profissional de nível tecnológico ocupa papel central nas políticas públicas de ensino superior, ao exigir competências avançadas para atuação prática, especialmente nas áreas de gestão pública, políticas sociais, inovação institucional e governança democrática;
- Os cursos de tecnologia devem ser construídos com identidade própria, evitando sobreposição com os cursos técnicos ou de bacharelado, focando na formação de tecnólogos com perfil técnico-operacional e visão crítica da realidade institucional;
- A organização curricular deve considerar: a natureza científico-tecnológica das áreas envolvidas; a densidade e coerência dos conteúdos; a compatibilidade do tempo de formação com as exigências locais; e a definição precisa do perfil profissional, conforme detalhado nos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A criação dos cursos superiores de tecnologia na Unidade Barbacena é, portanto, mais que uma ampliação da oferta institucional: é uma resposta estratégica e situada às necessidades regionais, com vistas a qualificar o serviço público, promover inclusão social e contribuir ativamente para o desenvolvimento das cidades que compõem a mesorregião Campo das Vertentes.

3.4 Infraestrutura da Unidade Acadêmica de Barbacena

Os cursos de graduação têm sido realizados no horário noturno. Para viabilizar a realização de suas atividades acadêmicas e formativas, a Unidade Acadêmica UEMG Barbacena conta, para seu funcionamento, com duas dimensões de infraestrutura física: predial e imobiliária.

A Infraestrutura predial é organizada para oferta das atividades de ensino, pesquisa e extensão foi criada a partir de Termo de Coabitação entre a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e o Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Barbacena – CTPM. Há quatro frentes de trabalho concomitantes para alcançar a infraestrutura predial adequada ao funcionamento da UEMG Barbacena: a) Melhoria no Termo de Coabitação com o CTPM – ação imediata e constantemente realizada; b) Comissão de Pesquisa de Imóvel para Aluguel e mudança da UEMG Barbacena para infraestrutura predial melhor – ação de médio prazo e dependente de identificar imóvel adequado na cidade; c) Regularização do Terreno da Unidade Barbacena, doado para construir o Campus da UEMG em Barbacena – ação de médio a longo prazo e d) projetos e construção do Campus da UEMG em Barbacena – ação de longo prazo.

Para melhorar o funcionamento imediato da Unidade Acadêmica da UEMG em Barbacena foi repactuado o referido Termo de Coabitação, com melhorias possíveis a partir das condições infra estruturais do CTPM. O Termo de Coabitação atual consta no processo SEI 2350.01.0000717/2019-61.

Quadro síntese infraestrutura Unidade Acadêmica Barbacena

Quantidade	Espécie	Especificações	Observações complementares
16	Sala de aula	49 m ² cada	Todas equipadas com 1 computador (Intel Core i5 e 8GB RAM), Projetor Multimídia e quadro branco. Todas com acesso à internet.
1	Biblioteca	110 m ²	Equipada com 6 cabines com computadores (Intel Core i7 e 8GB RAM) para pesquisas ao acervo. Todas com acesso à internet
1	Sala de Professores	49 m ²	Equipada com estações de trabalho, mesas para reuniões e 6 computadores (Intel Core i7 e 8GB RAM), todos com acesso à internet.
1	Sala	24m ²	Subdividida para funcionamento da Diretoria, Coordenadorias de Cursos e Chefias de Departamentos da Unidade Acadêmica.
1	Laboratório de Informática	49m ²	Equipado com 21 computadores (Intel Core i7 e 8GB de RAM) Conta com servidor analista de informática para atendimento das demandas desta área
1	Laboratório de Didática e Práticas Pedagógicas	24m ²	Equipado com estações de trabalho e 4 computadores (Intel Core i7 e 8GB RAM), todos com acesso à internet

Quantidade	Espécie	Especificações	Observações complementares
3	Salas-Contêineres	12 m ² cada	Cada um equipado com 9 estações de trabalho e 5 computadores (Intel Core i7 e 8GB de RAM), todos com acesso à internet. Coordenações, Assessoria de Comunicação, Revista Mal-Estar e Sociedade. NAE. CPA.
1	Sala da Secretaria dos Núcleos e dos Órgãos Acadêmicos da Unidade	3,5m ²	Equipada com 1 estação de trabalho e 1 computador (Intel Core i7 e 8GB de RAM), com acesso à internet
2	Salas	25m ² cada	Alocadas para Almoxarifado/Depósito/Espaço de convivência servidores MGS e depósito
4	Banheiros	Todos com 4 sanitários e 4 pias	2 masculinos e 2 femininos para atendimento de alunos e público geral
2	Banheiros individuais, com acessibilidade		1 para cada andar para atendimento de alunos e público geral com deficiência
4	Banheiros individuais		Para atendimento administrativo e docente
1	Sala de apoio no anfiteatro	4 m ²	Arquivo, documentação acadêmica.
1	Anfiteatro	180m ²	Projektor, tela, som e computador.
1	Quadra poliesportiva		Utilizada em ações acadêmicas, eventos e atividades didática e de ensino
1	Rampa de acesso ao pavimento superior		
1	Área territorial para futura construção do Campus da UEMG Barbacena	322.000 m ²	Área é também reserva ambiental. Nela são realizadas diversas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, alcançando importantes ações comunitárias e sociais.
1	Secretaria Acadêmica	49m ²	Espaço reservado para os trabalhos e atendimento da Secretaria Acadêmica

3.4.1 Biblioteca da Unidade Acadêmica de Barbacena

A Biblioteca da Unidade Acadêmica da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG Barbacena está vinculada ao Sistema de Bibliotecas da Universidade e opera com o sistema informatizado **Pergamum**, utilizado para registro, catalogação, controle de empréstimos, renovações e reservas de materiais bibliográficos. Todo o acervo físico encontra-se classificado conforme a **Tabela de Classificação Decimal Universal (CDU)** e organizado em estantes próprias, adquiridas

recentemente como parte do processo de ampliação da infraestrutura da biblioteca.

O espaço é coordenado por um servidor com formação em Biblioteconomia, com dedicação integral (40 horas semanais), e conta com o apoio de técnico administrativo. A biblioteca funciona nos turnos vespertino e noturno e oferece suporte ativo a discentes e docentes no acesso, uso e orientação quanto aos recursos físicos e virtuais disponíveis. Entre os serviços prestados destacam-se: orientação bibliográfica e de catalogação, normalização de trabalhos acadêmicos, minicursos de formação para o uso de bibliotecas virtuais e acompanhamento de demandas pedagógicas dos cursos da Unidade.

O ambiente conta atualmente com 37 assentos, 6 computadores para uso dos estudantes e 2 computadores reservados ao uso da equipe técnica e docentes. Em 2022, a biblioteca foi ampliada com a instalação de 6 cabines individuais de estudo, todas equipadas com computadores, proporcionando melhores condições para a pesquisa e concentração dos usuários. Também foram formuladas diretrizes específicas para a organização e uso da biblioteca física e virtual, integradas ao trabalho das coordenações de curso, do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), especialmente na reformulação das ementas e atualização das bibliografias dos cursos de Pedagogia e Serviço Social.

O acervo físico da Biblioteca da UEMG Barbacena é composto por:

Tabela 01 - Quantitativo Tipográfico do Acervo Físico - Biblioteca Unidade Acadêmica de Barbacena – 2025

ÁREA/MATÉRIA	TÍTULOS	EXEMPLARES
Ciências Exatas e da Terra	20	141
Ciências Biológicas	15	45
Engenharias	3	3
Ciências da Saúde	9	42
Ciências Sociais Aplicadas	226	872
Ciências Sociais	1364	3513
Ciências Humanas	1460	7499
Linguística, Letras e Artes	416	535
TOTAL	2.806	6.962

Fonte: Biblioteca Unidade Acadêmica de Barbacena, 2025.

Tabela 02- Quantitativo Tipográfico do Acervo Físico Biblioteca Unidade Acadêmica de Barbacena – 2025

Materiais	Títulos	Exemplares
Livros Físicos	1856	9140
Dissertações	40	40
Periódicos	75	75
Dicionários/Enciclopédias	8	78
TOTAL	2.806	6.962

Fonte: Biblioteca Unidade Acadêmica de Barbacena, 2025.

Tabela 03 - Quantitativo Tipográfico do Acervo Digital - Biblioteca Pearson Unidade Acadêmica de Barbacena -2025

ÁREA/MATÉRIA	TÍTULOS
Administração e Negócios	899
Agricultura e Agropecuária	26
Veterinária	
Arte	170
Ciências Biológicas e Naturais	212
Ciências Exatas	402
Ciências Humanas e Sociais	887
Comunicação	222
Concursos	159
Culinária e Gastronomia	48
Direito	540
Economia	138
Educação e Ensino	953
Engenharia, Arquitetura e Bacharelado	466
Esportes e Lazer	102
Estética Beleza	16
História	320
Informática	244
Letras e Linguística	398
Literatura	576
Medicina e Saúde	1564
Propaganda e Marketing	28
Psicologia, Autoajuda e Esoterismo	556
Religião	213

Viagens e Turismo	10
Outras áreas	283
TOTAL	9.432

Fonte: Biblioteca Unidade Acadêmica de Barbacena, 2025.

Tabela 04 - Quantitativo Tipográfico do Acervo Digital – Minha Biblioteca Unidade Acadêmica de Barbacena -2025

ÁREA/MATÉRIA	TÍTULOS
Linguística, Letras e Artes	1162
Ciências Exatas e da Terra	1138
Ciências Sociais Aplicadas	5385
Ciências Agrárias	43
Ciências Biológicas	93
Ciências da Saúde	2785
Ciências Humanas	2952
Engenharias	850
Outros	971
TOTAL	11.648

Fonte: Biblioteca Unidade Acadêmica de Barbacena, 2025.

Além disso, os usuários da biblioteca têm acesso irrestrito às bibliotecas digitais e bases de dados atualmente contratadas pela UEMG, entre elas:

- **Portal de Periódicos CAPES;**
- **Biblioteca Virtual Pearson;**
- **Minha Biblioteca;**
- **Revista dos Tribunais Online;**
- **Biblioteca Digital ProView;**
- **Target GEDWeb** (normas técnicas e documentos regulatórios);
- **Coleção ABNT/NBR/NBRISO/Mercosul.**

O acesso a esses recursos digitais pode ser feito pelo sistema de gestão acadêmica **Lyceum** ou

pelo próprio catálogo **Pergamum**, com guias disponíveis na página institucional da UEMG. A Biblioteca Virtual da UEMG oferece, atualmente, mais de **21 mil títulos de e-books** disponíveis para acessos simultâneos, por computadores ou dispositivos móveis, abrangendo áreas do conhecimento relacionadas aos cursos presenciais e à oferta da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A formação e atualização do acervo seguem os critérios estabelecidos pela **Resolução CONUN/UEMG nº 453, de 03 de abril de 2020**, que rege a política de desenvolvimento bibliográfico da universidade, contemplando seleção, aquisição, manutenção e descarte de materiais, sempre em consonância com as necessidades pedagógicas e acadêmicas dos cursos da Unidade Barbacena.

3.4.2 Laboratório de Informática

A Unidade Acadêmica de Barbacena possui um laboratório de informática que funciona sob a responsabilidade de um profissional com formação específica, em regime de 40h semanais de trabalho, cujo atendimento se dá em turnos diurno e noturno.

Tem a capacidade para atender a 40 (quarenta) pessoas nos 21 (vinte e uma) computadores com as seguintes especificações: Processador Intel Core i7 (10ª Geração); SSD 256; Memória RAM 16 Gb; Unidade de Mídia óptica: CD / DVD; Monitor LCD 21,5 polegadas; Windows 10 Pro; Projetor Multimídia com tela de projeção.

Recentemente foi realizado o estudo conjunto da Direção da Unidade com Analista em Informática da Unidade, do qual derivou a atualização de todos os computadores da Unidade Acadêmica de Barbacena, a instalação da rede de transmissão wi-fi com a finalidade de ampliar o alcance da internet para todos os espaços da Unidade Acadêmica de Barbacena. O acesso à rede wi-fi pode ser feito por todos os computadores adquiridos e instalados entre 2021 e 2022. O sinal alcança o Laboratório de Informática, Secretaria Acadêmica, Salas da Diretoria e das Coordenações, Sala dos Professores, Ponto Focal de Comunicação e biblioteca. Além destes que têm, também, conexão direta com a rede cabeada, atualmente o sinal wi-fi é transmitido pelas antenas e sistema planejados e adquiridos em 2021, passando a alcançar todos os computadores instalados no Laboratório de Práticas Pedagógicas e, nas 3 salas multiuso para os estudos dos discentes e docentes, no anfiteatro e nos diversos espaços abertos e fechados de uso social dos discentes, docentes e comunidade acadêmica. Esta logística contribuiu muito para os estudos dos discentes e docentes nas salas onde estudam,

pesquisam, se reúnem e desenvolvem suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e estudos, contando sempre com o apoio do servidor Analista Universitário em Informática.

A utilização do laboratório de informática é feita pelas diferentes disciplinas do currículo do curso. Proporciona, ao lado da utilização da biblioteca, oportunidades significativas de pesquisa e interdisciplinaridade, além da possibilidade de utilização de novas tecnologias e recursos multimídia na elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos, contribuindo, não só para a melhoria da qualidade do trabalho docente, mas também para a formação do estudante através do contato e manejo dos sistemas de informação.

Além da utilização nas aulas das diversas disciplinas, o Laboratório de Informática também fica disponível para utilização dos alunos em horário integral, apoiando ações de monitoria e para que os mesmos façam uso na elaboração de projetos exigidos nas disciplinas. Todos os microcomputadores têm acesso a internet de alta velocidade.

3.4.3 Salas de estudos e multiuso dos discentes e docentes

A Unidade Acadêmica de Barbacena possui, desde 2021, (03) três salas que funcionam como espaços exclusivos para usos diversos dos discentes, docentes e comunidade acadêmica. As (03) três salas são equipadas com mesas, computadores com acesso à internet e armários. Ficam disponíveis para uso diurno e noturno. O Centro de Pesquisa da Unidade Acadêmica Barbacena está em processo de formulação, contando com uma destas três salas para o seu funcionamento.

3.5 Avaliação Institucional

Por meio da Resolução CONUN/UEMG no. 419 de 21 de dezembro de 2018, a UEMG reformulou sua avaliação institucional com adoção de CPAs por Unidade Acadêmica, cabendo à CPA de cada Unidade da UEMG desenvolver um instrumento de avaliação específico para aprimorar as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. A finalidade desta avaliação tem sido a de servir como diagnóstico para os processos de planejamento em acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMG e para a melhoria contínua dos processos de ensino, pesquisa e extensão e na integração com a sociedade.

A avaliação local, instituída pela CPA-Central da UEMG, foi articulada em 5 eixos e 10 dimensões que perpassam ensino, pesquisa, extensão e atividades administrativas, estabelecendo a

base para composição dos instrumentos de coleta de dados. A articulação entre os eixos e dimensões é demonstrada abaixo:

EIXOS	DIMENSÕES
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	• Planejamento e Avaliação
Eixo 2: Desenvolvimento Institucional	• Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; • Responsabilidade Social da Instituição.
Eixo 3: Políticas Acadêmicas	• Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão • Política de Comunicação com a Sociedade • Política de Atendimento aos Discentes.
Eixo 4: Políticas de Gestão	• Políticas de Pessoal • Organização e Gestão da Instituição • Sustentabilidade Financeira
Eixo 5: Infraestrutura Física	• Infraestrutura Física

Tais eixos levam à obtenção de resultados importantes, cuja análise e formulação de propostas de ação nesta Unidade Acadêmica têm sido relevantes para a constante melhoria da Unidade Acadêmica de Barbacena e da Universidade do Estado de Minas Gerais. A última avaliação da CPA Local foi concluída em 2024 e apresentada para a Assembleia dos servidores da Unidade Acadêmica Barbacena, mostrando importantes avanços na organização e funcionamento da Unidade e em todos eixos e dimensões avaliados. Tais avanços foram identificados como primordiais para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como para ações de apoio às atividades dos discentes e, com isto, para constante melhoria da qualidade do ensino.

3.6 Estrutura administrativa

A estrutura administrativa da Unidade Acadêmica de Barbacena compreende as seguintes instâncias:

3.6.1 Diretoria

Conforme Decreto nº 48.746, de 29/12/2023, a Diretoria tem como atribuições atuar como principal autoridade administrativa da Unidade Acadêmica de Barbacena, supervisionar as atividades didático-científicas e exercer outras funções, desde que aprovadas em normas internas estabelecidas pelo Conselho Departamental ou Congregação.

Ainda segundo o mesmo decreto, a Vice-Diretoria tem como atribuições substituir automaticamente o Diretor em suas ausências e seus impedimentos, colaborar com o Diretor na supervisão das atividades acadêmicas da Unidade, manter interlocução com o Diretório Acadêmico e desempenhar as funções que lhe forem delegadas pelo Diretor.

3.6.2 Secretaria Acadêmica

Nos termos do art. 98 do Decreto nº 48.746, de 29 de dezembro de 2023 (Estatuto da UEMG) as Secretarias Acadêmicas das Unidades da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) tem competência geral e atribuições específicas.

São competências gerais da Secretaria Acadêmica: executar as atividades de apoio administrativo à Diretoria de Unidade, aos Colegiados de Curso e aos Departamentos Acadêmicos, bem como as atividades de registro acadêmico da vida escolar dos alunos.

São atribuições específicas da Secretaria Acadêmica:

- I. participar das reuniões da Câmara Departamental e dos Colegiados de Curso, preparar as convocações e elaborar, ao final, a ata das reuniões;
- II. manter registros e documentação relacionados com as atividades do ensino, pesquisa e extensão e elaborar os relatórios periódicos solicitados;
- III. manter registros e documentação relacionados com as atribuições dos Colegiados de Curso e elaborar os relatórios periódicos solicitados;

IV. acompanhar o exercício das atividades docentes, para conhecimento dos chefes de Departamentos Acadêmicos e Coordenadores de Curso.

Além das atribuições estabelecidas legalmente, no contexto de implantação e funcionamento do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a Secretaria Acadêmica também atuará como elo operacional para garantir a fluidez dos processos acadêmicos, administrativos e documentais relacionados à nova oferta. Isso inclui, entre outras ações: organização de turmas e diários acadêmicos no sistema informatizado; suporte aos atos de matrícula, trancamento, reopção e colação de grau; emissão de documentos acadêmicos (históricos, certificados, declarações); acompanhamento das alterações curriculares e dos fluxos de integralização; e atendimento a discentes e docentes quanto às rotinas acadêmicas do curso.

Com base em seu papel normativo e executivo, a Secretaria Acadêmica é estrutura essencial para o funcionamento regular do novo curso e para a consolidação de seus processos acadêmicos de forma transparente, segura e conforme as diretrizes institucionais da UEMG, conforme Estatuto e Regimento da Universidade.

3.6.3 Departamento de Tecnologia, Informação e Comunicação (DETIC)

Infraestrutura técnica direcionada ao atendimento das demandas específicas dos cursos, com profissional atuando nas partes de infraestrutura de rede, suporte técnico aos usuários, professores, corpo administrativo e alunos, apoio técnico na parte de comunicação visual, diagramação de livros e revistas, gravações de vídeos e edição. Filmagem e fotografia de palestras e manutenção periódica em todos os equipamentos tecnológicos, tais como computadores, notebook, câmeras, projetores multimídia, entre outros. A área conta com um técnico responsável na unidade.

3.6.4 Departamentos Acadêmicos

Órgão de apoio à diretoria e responsável pela organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal. O departamento compreende disciplinas afins e congrega

professores para objetivos comuns de ensino, pesquisa e extensão. A gestão do desenvolvimento das atividades docentes é feita no âmbito dos departamentos, buscando alcançar as finalidades da Universidade Pública por meio da excelência na qualidade da oferta dos Cursos Superiores.

Por meio deste órgão, são realizadas avaliações de desempenho semestrais, com base nos planos de trabalho individual, apresentados às Chefias de Departamento em todos os inícios de semestres, comparativamente com os Relatórios de Atividades Acadêmicas, apresentados ao fim dos semestres. Ademais, são apresentadas cópias da documentação pertinente (como aquelas relativas às publicações e participação de eventos, por exemplo). Dessa forma, as chefias podem avaliar o trabalho desenvolvido pelos docentes, sua produtividade e qualidade acadêmica, e caso achem pertinente, sugerir mudanças e penalidades eventualmente cabíveis. Na Unidade Acadêmica de Barbacena há, atualmente, dois departamentos: Fundamentos e Metodologias da Educação e Departamento de Ciências Humanas. Considerando a criação dos Cursos de Serviço Social e de Tecnologia em Gestão Pública, prevê-se a criação de um novo Departamento que venha atender as especificidades das disciplinas do novo Curso, o que será realizado, conforme a normativa da UEMG.

3.6.5 Colegiados de Cursos e NDEs

Órgão responsável pela coordenação didática do curso atuando na orientação, coordenação e supervisão das atividades do curso; na elaboração do Projeto Pedagógico; no estabelecimento de diretrizes nos programas de disciplinas; na programação de atividades letivas; na avaliação periódica da qualidade e eficácia do curso; na designação e substituição de docentes; na decisão de questões referentes à matrícula, reopção, dispensa de disciplinas, transferência, entre outros previstos no Estatuto e no Regimento da UEMG.

O Colegiado de Curso encontra-se estabelecido também na Resolução COEPE/UEMG nº 451/2024, que mantém o art. 1º da resolução 273/2020:

Parágrafo único. Os Colegiados dos Cursos de Graduação, além de suas competências próprias estabelecidas pelo art. 103 do Estatuto da Universidade, deverão:

I – articular-se com o Núcleo Docente Estruturante para elaborar o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhá-lo ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, ouvida a Pró-Reitoria de Graduação;

II – apreciar as alterações propostas pelo Núcleo Docente Estruturante para o

desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso;
III – avaliar periodicamente a qualidade e a eficácia do curso e o aproveitamento dos estudantes, ouvido o Núcleo Docente Estruturante.

A constituição dos Colegiados dos Cursos de Graduação nos seguintes termos (artigo I da Resolução COEPE/UEMG nº 451/2024):

- I – representantes dos Departamentos que ofertam pelo menos 30% (trinta por cento) de disciplinas obrigatórias no curso, eleitos pelas respectivas Câmaras Departamentais, por um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;
- II – representantes dos professores que participam do curso, eleitos pelos demais docentes, por um mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução;
- III – representantes dos estudantes regularmente matriculados no curso, escolhidos na forma do Estatuto e do Regimento Geral;

Por sua vez, o Núcleo Docente Estruturante é um órgão consultivo de caráter permanente em cada curso de graduação da Universidade, o qual, segundo o Art. 2º da Resolução COEPE 284/2020 possui as seguintes atribuições:

- I – Atuar no acompanhamento, na consolidação e na atualização do Projeto Pedagógico do Curso – PPC;
- II – Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- III – Zelar pela integração interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- IV – Identificar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- V – Observar e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Na Unidade Acadêmica de Barbacena, os NDEs são ativos e convidam o corpo docente a participar das discussões frequentes sobre as possibilidades de aprimoramento do curso. Geralmente, os NDEs se reúnem em média 1 (uma) vez por mês.

Como formas de apresentação da atuação do NDE e do Colegiado, o Projeto Pedagógico de Curso é revisado regularmente na Unidade Acadêmica de Barbacena. A avaliação do PPC está estruturada na ação do Núcleo Docente Estruturante, o qual é responsável pelo acompanhamento, consolidação e atualização do instrumento e, pelo Colegiado de Curso, o qual analisa as alterações propostas para o PPC pelo NDE e avalia a qualidade e a eficácia do curso, assim como o aproveitamento dos estudantes.

Destaca-se que a elaboração deste Projeto Pedagógico de Curso contou com a

participação efetiva de todas as representações acadêmicas da Unidade Barbacena da UEMG — docentes, discentes e técnicos administrativos — em um processo dialógico e colaborativo, voltado à adequação do curso às demandas formativas atuais e às especificidades da região.

Considerando que a Unidade Acadêmica de Barbacena possui uma estrutura organizacional enxuta, é comum que os(as) docentes atuem em múltiplos espaços colegiados e órgãos representativos, o que favorece a troca permanente de ideias e a construção coletiva das decisões acadêmico-pedagógicas.

Além disso, a Direção da Unidade e os colegiados mantêm canais de comunicação ativos com os(as) estudantes, o que permite acolher sugestões, ouvir críticas e interpretar percepções sobre a organização curricular, a infraestrutura e demais aspectos relevantes à experiência acadêmica. Tal escuta qualificada fortalece o vínculo institucional com o corpo discente e contribui diretamente para o aprimoramento contínuo do curso. Por fim, são realizadas reuniões periódicas com os professores e representantes discentes, com o objetivo de avaliar o andamento do curso, os pontos de melhoria, eventos e oficinas de nivelamento e aprofundamento, dentre outros aspectos.

3.6.6 Coordenações de Pesquisa e Extensão

São os órgãos responsáveis pela coordenação das atividades de pesquisa e extensão realizadas na Unidade e em parceria com outras instituições. A unidade conta com uma coordenação de pesquisa e uma de extensão.

Saliente-se que as atividades de extensão são parte integrante da matriz curricular obrigatória do curso, devendo ser desenvolvidas por todos os alunos.

As atividades de pesquisa são incentivadas, por entender-se que o seu desenvolvimento é importante para o desenvolvimento profissional e acadêmico dos discentes e docentes do curso. Tais práticas são inseridas através da inclusão da disciplina obrigatória de Projeto Interdisciplinar e pela Iniciação Científica, que pode ser realizada com bolsa (mediante a propositura de projetos nos editais da UEMG) e de forma voluntária.

3.6.7 Núcleo de Estágio

Na Unidade Acadêmica de Barbacena da UEMG, o acompanhamento dos estágios não obrigatórios é realizado pelo Núcleo de Estágio, responsável pela análise, orientação e registro dos pedidos encaminhados pelos(as) estudantes. Embora os cursos superiores de tecnologia não prevejam a obrigatoriedade do estágio curricular, a experiência prática é amplamente valorizada como oportunidade de aplicar conhecimentos teóricos, desenvolver competências profissionais e ampliar a compreensão dos contextos organizacionais, públicos e privados.

A prática do estágio contribui significativamente para a formação integral dos discentes e constitui uma das principais portas de entrada para o mundo do trabalho e para a inserção em carreiras profissionais compatíveis com o perfil dos cursos ofertados pela unidade. Por essa razão, o Núcleo de Estágio atua de forma ativa na divulgação de vagas, no esclarecimento de dúvidas sobre contratos e convênios e no incentivo à busca por oportunidades que ampliem a vivência profissional dos estudantes.

Internamente, sempre que surgem vagas de estágio nos setores da própria Unidade, elas são prioritariamente destinadas aos estudantes regularmente matriculados nos cursos ofertados em Barbacena, fortalecendo o vínculo institucional e promovendo uma formação alinhada às demandas concretas da universidade pública e da gestão educacional.

3.6.8 Comissão Própria de Avaliação – Unidade Acadêmica de Barbacena

Embora parte da comunidade acadêmica ainda perceba a Comissão Própria de Avaliação (CPA) como uma exigência normativa, na **Unidade Acadêmica de Barbacena da UEMG** a atuação da CPA tem sido concebida como um importante instrumento de promoção do desenvolvimento institucional. Trata-se de um espaço colegiado que permite repensar e aprimorar as práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando as especificidades dos cursos oferecidos e as demandas locais e regionais.

Cada unidade da UEMG possui sua própria Comissão Própria de Avaliação, que atua em sintonia com a CPA central da Universidade. O processo avaliativo é dividido em duas etapas:

1. **Avaliação Institucional Ordinária** – conduzida a partir de instrumento unificado, aplicado em todas as unidades da UEMG e direcionado a docentes, discentes e servidores técnico-administrativos. Essa etapa visa avaliar as dimensões estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade. A CPA da Unidade Barbacena participa da discussão do instrumento, colabora na sensibilização da comunidade acadêmica e atua na divulgação e mobilização para participação nos questionários;
2. **Avaliação Local da Unidade** – conduzida por meio de instrumento específico elaborado pela própria CPA Barbacena, com foco em variáveis mais diretamente relacionadas à realidade institucional local, como: organização e funcionamento dos cursos, atuação de coordenações e colegiados, infraestrutura, atividades de pesquisa, extensão e apoio estudantil, além de aspectos de gestão acadêmica e administrativa.

As avaliações são realizadas **anualmente**, e os relatórios gerados são compartilhados com a Direção da Unidade e com o Conselho Departamental, sendo utilizados como base para o planejamento de melhorias e reorientações pedagógicas, estruturais e institucionais. Os resultados também são comunicados às representações acadêmicas por meio de informes da CPA local e de seminários próprios, realizados após o ciclo de avaliação, oportunizando ampla divulgação à comunidade acadêmica.

A **CPA da Unidade Barbacena** é composta por:

- Coordenação da Comissão na Unidade;
- Dois(duas) representantes do corpo docente;
- Um(a) representante do corpo técnico-administrativo;
- Dois (duas) representantes do corpo discente;
- Um(a) representante da sociedade civil organizada.

A atuação contínua da CPA fortalece a cultura de autoavaliação institucional e contribui com os processos de tomada de decisão no âmbito da UEMG Barbacena, alinhando a unidade às diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e reafirmando o compromisso com a qualidade da formação oferecida.

3.6.9 Empresa Júnior

Como parte das ações de fortalecimento da formação empreendedora, prática e socialmente comprometida dos(as) estudantes do novo Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, a Unidade Acadêmica de Barbacena da UEMG prevê a **implantação de uma Empresa Júnior**, a ser organizada como associação civil sem fins lucrativos, em conformidade com a **Resolução COEPE/UEMG nº 223/2017** e com as diretrizes do Movimento Empresa Júnior no Brasil.

A futura Empresa Júnior de Barbacena terá como missão proporcionar aos seus integrantes oportunidades concretas de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos ao longo da formação acadêmica, por meio da **realização de projetos de consultoria, assessoramento, planejamento e inovação em gestão pública e políticas sociais**. Dessa forma, pretende-se ampliar a vivência dos discentes junto a organizações públicas, privadas e do terceiro setor, estimulando o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e empreendedoras.

A iniciativa será estruturada com base nos seguintes objetivos específicos:

- a) Proporcionar o desenvolvimento profissional, crítico e analítico dos(as) estudantes por meio de experiências práticas em gestão, planejamento e políticas públicas;
- b) Realizar diagnósticos organizacionais, elaborar propostas de intervenção e acompanhar a implementação de soluções junto a instituições parceiras;
- c) Fomentar a cultura do empreendedorismo social e público na universidade, com foco em práticas sustentáveis e de impacto regional;
- d) Estimular a capacidade de trabalho em equipe, liderança, comunicação e tomada de decisão dos(as) estudantes envolvidos(as);
- e) Estabelecer parcerias com órgãos públicos, consórcios intermunicipais, câmaras municipais, organizações da sociedade civil e outras entidades que se interessem pelos serviços prestados pela Empresa Júnior;
- f) Promover intercâmbios com outras empresas juniores do estado e do país, ampliando o repertório de atuação e a qualificação da experiência formativa.

A estrutura organizacional da futura Empresa Júnior da Unidade Barbacena deverá contar com os seguintes órgãos internos:

- **Assembleia Geral:** instância máxima de deliberação, composta por todos os(as) associados(as);
- **Diretoria Executiva:** responsável pela gestão operacional da entidade, com previsão de diretorias específicas, tais como: Presidência, Administração e Finanças, Projetos, Comunicação e Gestão de Pessoas;
- **Conselho Consultivo ou Conselho de Administração:** com atribuições de apoio, mediação e supervisão estratégica;
- **Categorização de membros:** Associado Fundador, Associado Efetivo, Associado Trainee e Associado Honorário.

Em conformidade com o §2º do art. 15 da Resolução COEPE/UEMG nº 223/2017, a Diretoria da Unidade, em articulação com o Colegiado do Curso de Tecnologia em Gestão Pública, deverá designar um(a) docente orientador (a) para acompanhar e assessorar as atividades da Empresa Júnior, zelando pela coerência acadêmica dos projetos e pela integração da entidade às práticas pedagógicas e extensionistas do curso.

A criação da Empresa Júnior representa um passo relevante para consolidar a identidade do curso em Barbacena, ao mesmo tempo em que amplia o campo de práticas dos estudantes, promove sua inserção em redes de inovação e desenvolve competências essenciais à atuação em contextos complexos da gestão pública contemporânea.

3.6.10 Apoio ao Discente

Salienta-se que a Unidade Acadêmica de Barbacena da UEMG recebe estudantes com trajetórias formativas bastante diversas, o que exige atenção constante por parte do corpo docente e do Colegiado de Curso. Nesse sentido, os(as) discentes são acompanhados(as) de forma próxima, e, sempre que necessário, são discutidas e implementadas estratégias para apoio pedagógico, como a oferta de **cursos de nivelamento, oficinas temáticas e atendimentos individualizados.**

Além disso, a UEMG possui políticas institucionais voltadas ao acolhimento e apoio à permanência

estudantil, regulamentadas por normativas específicas. Na Unidade Barbacena, essas ações são efetivadas por meio de programas como o **NAE (Núcleo de Apoio ao Estudante)**, o **PEAES (Programa Estadual de Assistência Estudantil)**, o **PROCAN (Programa de Concessão de Auxílio Necessidade)**, entre outros. Esses mecanismos garantem suporte pedagógico, social e financeiro aos estudantes, contribuindo para a permanência com qualidade e o sucesso acadêmico.

3.6.10.1 Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE)

Na busca de atender à Comunidade Estudantil, o NAE contribui para democratização do acesso à Universidade e promove condições de permanência dos estudantes na instituição, seja na orientação e no acompanhamento especializado, seja no atendimento de demandas de acessibilidade e educação inclusiva, contribuindo para integração psicossocial, acadêmica e profissional do estudante.

3.6.10.2 Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES)

O PEAES é um programa de assistência estudantil destinado a estudantes de graduação regularmente matriculados e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com o objetivo de garantir a permanência dos estudantes e democratizar o ensino superior público do Estado de Minas Gerais.

Por meio do programa o aluno pode receber auxílio moradia, alimentação, transporte, creche e apoio didático pedagógico, inclusão digital, inclusão da pessoa com deficiência PcD e auxílios para a promoção à saúde, à cultura e ao esporte. Para tanto, o aluno deve seguir o cronograma dos editais publicados e se inscrever no Sistema PEAES.

3.6.10.3 Ações afirmativas e de inclusão educacional

A Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) tem demonstrado crescente compromisso com a promoção da inclusão e da equidade no ensino superior, enfrentando os desafios das transformações sociais da última década. A instituição vem consolidando uma política de ações afirmativas que

articula a participação da comunidade acadêmica, a produção do conhecimento científico e o engajamento com a realidade social e comunitária.

Nesse sentido, destacam-se as seguintes ações, programas e iniciativas voltados à inclusão, à permanência e à promoção da igualdade de oportunidades:

- **Programa de Seleção Socioeconômica de Candidatos (PROCAN)** – Instituído pela Lei Estadual nº 22.570/2017, e prevista Resolução CONUN/UEMG nº 631, de 19 de julho de 2024, contempla candidatos de baixa renda, egressos de escola pública, negros, quilombolas, indígenas, ciganos e pessoas com deficiência. O programa reserva vagas da UEMG a estudantes de baixa renda e egressos da escola pública, conforme percentuais estabelecidos pelo CONUN e divulgados nos editais periódicos para ingresso na Universidade.
- **PIBIC-AF (Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas)** – Em parceria com o CNPq, oferece bolsas exclusivas para estudantes contemplados por ações afirmativas, inclusive pessoas com deficiência.
- **Editais de estágio não obrigatório com reserva de vagas para estudantes com deficiência** – Lançados a partir de 2016, sob coordenação das Unidades Acadêmicas e do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE).
- **Programa de Ledor e Acompanhante para Acessibilidade** – Em vigor desde 2018, seleciona estudantes para atuar como leitores e acompanhantes acadêmicos de estudantes com deficiência visual, conforme a Lei nº 22.929/2018.
- **Contratação de serviços de tradução e interpretação de LIBRAS**, com atendimento remoto ou presencial, para garantir acessibilidade à comunicação.
- **Recursos de tecnologia assistiva na Biblioteca da Unidade Barbacena:**
 - Computadores com o software Winvox, que transforma livros digitais em arquivos audíveis;
 - Disponibilização de materiais didáticos em Braille.
- **Adequações de infraestrutura física** na Unidade Acadêmica de Barbacena:
 - Piso tátil, rampas, sinalização adequada e elevadores, garantindo acessibilidade e

autonomia para pessoas com deficiência.

- **Oferta de LIBRAS como disciplina curricular optativa**, em conformidade com o Decreto nº 5.626/2005.
- **Flexibilização de avaliação para estudantes com deficiência auditiva**, com valorização do conteúdo semântico e possibilidade de mediação com intérpretes e adaptação de materiais.
- **Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica (PEMA)** – Regulamentado pela Resolução COEPE/UEMG nº 305/2021, promove a atuação de estudantes como monitores técnico-didáticos vinculados ao Projeto Pedagógico do Curso.
- **Programa de Assistência Estudantil para Inclusão Digital** – Criado pela Resolução CONUN/UEMG nº 510/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 48.402/2022, garante acesso a recursos tecnológicos e à internet para estudantes em situação de vulnerabilidade.
- **Programa Institucional de Bolsas para Mobilidade Internacional da UEMG (PIBMI-UEMG)** - instituído pela Resolução CONUN/UEMG nº 448/2020, com o objetivo de viabilizar experiências acadêmicas internacionais para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O programa contempla discentes de graduação que tenham sido aprovados em processos seletivos de mobilidade internacional e que estejam regularmente matriculados em cursos presenciais da universidade. Ao prever o apoio financeiro e institucional a esses estudantes, o PIBMI busca democratizar o acesso às oportunidades de internacionalização, reduzindo barreiras econômicas e ampliando a inclusão também no campo da formação global.
- **Seguro acadêmico para estudantes**, conforme o Contrato nº 28/2020, com cobertura em atividades de ensino, pesquisa, extensão e aulas práticas.
- **Programa de Bolsas para Povos e Comunidades Tradicionais (PROPCT/UEMG)** – Criado pela Resolução CONUN/UEMG nº 628/2024, com os seguintes objetivos:
 - Promover a equidade na formação acadêmica de estudantes pertencentes a povos e comunidades tradicionais;
 - Assegurar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade

socioeconômica;

- Fortalecer as identidades culturais e os vínculos com as comunidades de origem;
- Democratizar o acesso e permanência no ensino superior com foco na diversidade étnico-racial.
- Programa Institucional de Bolsas para Mobilidade Internacional da Universidade do Estado de Minas Gerais – PIBMI/UEMG criado pela Resolução CONUN/UEMG nº 448, de 03 de abril de 2020 que estabelece diretrizes e normas para a concessão de bolsas de estudos a estudantes da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) que participam de programas de mobilidade internacional.

Este rol de programas e ações da UEMG também se estendem à realidade da Unidade Acadêmica de Barbacena, onde vêm sendo progressivamente implementadas e fortalecidas. A UEMG reafirma, assim, seu compromisso com a democratização do ensino superior, assegurando condições de acesso, permanência e sucesso acadêmico para todos os seus estudantes, especialmente os oriundos de grupos vulnerabilizados.

4 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO DE TECNÓLOGO EM GESTÃO PÚBLICA

4.1 Histórico, perfil do curso e justificativa de oferta

Desde sua instalação em Barbacena, a UEMG consolidou-se como referência regional na formação de profissionais voltados às áreas sociais. O curso de **Pedagogia**, ofertado desde 2008 junto com o Curso de **Ciências Sociais** estruturou uma trajetória de excelência na formação de docentes e gestores escolares, sustentada por projetos de extensão que dialogam diretamente com as redes públicas de ensino da microrregião. Em 2023, a unidade expandiu seu compromisso social com a implantação do **Bacharelado em Serviço Social**, agregando competências em políticas de assistência, proteção social e defesa de direitos, e intensificando ações integradas de pesquisa sobre vulnerabilidades e desenvolvimento humano.

Em 2021, a Unidade Barbacena fez a sua adesão ao sistema de ensino da Universidade Aberta do Brasil (UAB), sendo criado, na UEMG Barbacena, o Polo Associado UAB/UEMG/BARBACENA. A decisão de implantar este Polo da UAB em Barbacena alicerçou-se

na percepção das mudanças sociais e na sensibilidade de perceber as necessidades dos cidadãos obterem uma formação que atenda as demandas sociais, mas também as suas demandas pessoais, o Polo da UAB/UEMG quando inseridos no munto do trabalho. Atentos às demandas sociais, o Polo da UAB/UEMG Barbacena passou a oferecer os Cursos de segunda licenciatura em Letras e Educação Musical Escolar e de pós- graduação em Gestão da Saúde em em Gestão Escolar (início em 2026 com oferta pela UEMG Barbacena). Da elaboração do Curso de Gestão Escolar. Da percepção das necessidades sociais e do trabalhador teve a origem e proposição do Curso Tecnólogo.

Portanto, a proposta do **Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública** surge como evolução natural do trabalho nesta instituição universitária: além de qualificar novos quadros para a administração estatal, oferece suporte gerencial às iniciativas educacionais e socioassistenciais já fomentadas pelos cursos de Pedagogia e Serviço Social. Ao conjugar fundamentos de planejamento, finanças públicas, avaliação de políticas e governo digital, o CST em Gestão Pública cria sinergias que potencializam a atuação dos egressos existentes, formando uma base interdisciplinar capaz de acompanhar o ciclo completo das políticas públicas – da concepção pedagógica e do atendimento socioassistencial até a gestão eficiente de recursos e resultados em favor da população regional.

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública permite ao aluno o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos voltados à atuação em organizações públicas, em suas diversas capilaridades e esferas. A proposta pedagógica foi concebida com foco na formação de profissionais capazes de atuar com excelência na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, bem como na gestão de recursos, processos e serviços no setor público. Trata-se do **primeiro curso de graduação tecnológica a ser ofertado presencialmente na Unidade Acadêmica de Barbacena**, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), com previsão de implantação a partir do ano de 2026.

A justificativa para a criação do curso está ancorada em três pilares: a carência de formação técnica e superior na área da gestão pública na microrregião de Barbacena; a crescente demanda por profissionais qualificados para atuar em contextos administrativos públicos marcados por complexidade e transformação institucional; e o compromisso da UEMG com a interiorização do ensino superior, voltado para o desenvolvimento regional. Os novos estudos no campo da Gestão Pública concebem a relação entre Estado e sociedade como um espaço de conflitos, cooperação e incertezas, que demanda agentes públicos cada vez mais preparados técnica, ética e politicamente. A

formação oferecida busca, portanto, superar modelos puramente instrumentalistas e formar gestores comprometidos com os princípios da equidade, da legalidade, da eficiência e da cidadania.

Lilian Assis (2012), ao refletir sobre os desafios da formação em gestão pública, destaca a necessidade de romper com a lógica da racionalidade instrumental típica da administração privada, propondo uma racionalidade substantiva, pautada em valores democráticos. No mesmo sentido, Renato Dagnino (2009) aponta que é essencial diferenciar a formação do gestor público daquela do administrador de empresas, sendo necessário fomentar um distanciamento crítico em relação à lógica do mercado e valorizar a atuação pública comprometida com os interesses coletivos e com os direitos sociais. Para esses autores, e para a concepção pedagógica adotada neste curso, formar gestores públicos é formar sujeitos políticos capazes de operar com estratégias técnicas e tecnologias sociais voltadas à transformação do Estado e à melhoria das condições de vida da população.

Nos últimos anos, verifica-se também um aumento dos investimentos públicos em programas de capacitação, especialização e certificação de servidores públicos, tanto em nível estadual quanto municipal, revelando a preocupação das administrações com a qualificação de seus quadros e com a efetividade dos serviços prestados à sociedade. No entanto, como apontam autores como Paes de Paula (2005), ainda é necessário enfrentar os desafios estruturais e institucionais que limitam o avanço da gestão pública no Brasil, superando a lógica burocrática tradicional e consolidando um Estado de Direito comprometido com os princípios da legalidade, da isonomia e da participação cidadã.

Em consonância com esse contexto, a proposta do curso de Gestão Pública da UEMG Barbacena visa formar profissionais dotados de competências para atuar de forma crítica e estratégica nos diversos espaços de gestão do Estado. A organização pedagógica do curso contempla tanto as dimensões sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais da realidade brasileira, quanto os aspectos organizacionais, contábeis, jurídicos, tecnológicos e humanos da gestão pública. A matriz curricular integra teoria e prática por meio de atividades formativas interdisciplinares, projetos de extensão e componentes voltados à instrumentalização técnica e ética dos futuros gestores.

O curso contempla, ainda, a possibilidade de construção de **itinerários formativos diversificados**, abrangendo atividades voltadas à administração pública direta e indireta, planejamento governamental, gestão fiscal, operação e controle de processos públicos, gestão de recursos materiais e patrimoniais, administração de tributos, finanças públicas e contabilidade

aplicada ao setor público. Dessa forma, a proposta busca contribuir para o fortalecimento do serviço público local e regional, qualificando profissionais para atuação com responsabilidade, inovação e compromisso com o interesse público.

4.2 Objetivos do curso de tecnólogo em Gestão Pública

4.2.1 Objetivo Geral

Contribuir para a formação qualificada de gestores públicos, visando que sejam capazes de atuar no âmbito do setor público, nos diversos níveis do governo, bem como, em organizações que trabalham junto ao Estado, e de aplicar conhecimentos, tecnologias e ferramentas para a consecução da gestão, com a finalidade de identificar problemas e buscar alternativas para a construção de soluções, de propor e aprimorar programas, projetos e processos com vistas ao atendimento das demandas da sociedade, orientados pelos princípios da Administração Pública, por uma atuação crítica e voltada para os valores da governança corporativa instaurada após a Constituição Federal de 1988.

4.2.2 Objetivos Específicos

- 4.2.2.1 Fornecer instrumentos que possibilitem que o futuro gestor acompanhe os cenários político, econômico, social e legal e suas repercussões na gestão pública;
- 4.2.2.2 Propiciar parâmetros para a aplicação e desenvolvimento de inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública;
- 4.2.2.3 Fornecer conhecimentos relativos ao planejamento, implantação, controle e avaliação de processos, projetos e programas no bojo da administração pública;
- 4.2.2.4 Fornecer conhecimentos e parâmetros relativos às metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional;
- 4.2.2.5 Propiciar parâmetros e referências para que sejam elaborados pareceres técnico-avaliativos referentes à gestão pública;

4.3 Perfil do egresso: características, competências, habilidades e áreas de atuação

Coerente com o previsto no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, o profissional do egresso do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública:

- ✓ Diagnostica o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública.
- ✓ Desenvolve e aplica inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública.
- ✓ Planeja, implanta, supervisiona e avalia projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional.
- ✓ Aplica metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional.
- ✓ Planeja e implanta ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão.
- ✓ Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação.

Diante disso e em sintonia com o exposto, o Curso Tecnólogo em Gestão Pública da UEMG Barbacena se propõe a oferecer conteúdo e conhecimentos sistematizados oriundos da Ciência da Administração Pública, tornando o egresso capaz de desenvolver competências e habilidades que envolvam as dimensões Conceitual (associada com o aprender a conhecer), Procedimental (associada ao aprender a fazer) e Atitudinal (associada com a formação de atitudes e valores em relação à informação recebida, visando à intervenção do aluno em sua realidade).

O tecnólogo em Gestão Pública, formado pela UEMG/Barbacena poderá atuar no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta nos níveis federal, estadual e municipal, em organismos multilaterais, em organizações cujas atividades sejam relacionadas aos distintos níveis da Administração Pública, organizações provenientes da sociedade civil organizada e do terceiro setor, seja na proposição e desenvolvimento de projetos e pesquisas, seja em sua aproximação com os representantes do governo, empresas de assessoria, consultoria e de prestação de serviços ao setor público.

Sua atuação irá contemplar, de um lado, a formulação e gestão de políticas públicas e, de outro, assessoria, consultoria e auditoria, podendo desenvolver atividades técnicas, de coordenação ou de direção. Para tanto, o gestor público deve considerar seu papel perante os *stakeholders*, em sintonia com uma escuta ativa, dialogando com a sociedade e pautando-se nos princípios de eficiência e efetividade.

4.4 Regime de Matrícula

A matrícula é realizada a cada período, de acordo com a Resolução COEPE/UEMG/ nº 132/2013, que regulamenta a implantação do regime de matrícula por disciplina nos cursos de graduação da UEMG.

A matrícula dos discentes, ingressantes ou veteranos, é realizada por meio do Sistema Acadêmico, de maneira on-line, estando a Secretaria Acadêmica da Unidade à disposição para suporte, eventualmente necessário. Nos semestres subsequentes o estudante pode renovar sua matrícula de forma *online*.

Na ocasião da matrícula o estudante deverá observar os critérios estabelecidos na Resolução COEPE/UEMG/ nº 132/2013, onde está estabelecido o curso de no mínimo 8 e máximo de 32 créditos por período letivo, além de pré-requisitos definidos na estrutura curricular conforme o normativo.

4.5 Avaliação do processo de ensino e aprendizagem

No âmbito do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UEMG Barbacena, a avaliação é concebida como processo formativo e contínuo, articulado ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Pedagógico do Curso. Assim, a avaliação do processo de ensino e aprendizagem é importante instrumento do desenvolvimento de atividades acadêmicas. Ao mesmo tempo que traz um diagnóstico do que foi aprendido pelos alunos e das suas deficiências, possibilita que o docente perceba o engajamento dos alunos, além de uma autoavaliação acerca de sua atuação.

Conforme o disposto no art. 30, inciso VI, da Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Educação Profissional Tecnológica devem incorporar critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores,

inclusive para fins de reconhecimento de saberes e competências (RSC). Nesse sentido, a avaliação considera, também, os instrumentos de adaptação curricular, exame de proficiência e abreviação de tempo de curso, conforme previsto na Resolução COEPE/UEMG nº 250, de 6 de abril de 2020, assegurando que o percurso formativo do discente leve em conta sua trajetória acadêmica e profissional.

Fundamentalmente, há de se destacar, como princípio da docência na Universidade, que os docentes possuem ampla liberdade de cátedra, e por isso podem propor e organizar as suas atividades avaliativas, para cada uma de suas disciplinas, em cada semestre.

Todavia, há algumas diretrizes mínimas que devem ser observadas, conforme o artigo 39 do Regimento da UEMG:

Art.39.A Avaliação do rendimento em cada disciplina é feita por pontos acumulados, em uma escala de 0 (zero) a 100(cem).

§ 1º Nenhuma avaliação parcial do aproveitamento pode ter valor superior a 40 (quarenta) pontos.

§2º É assegurado ao estudante o direito de revisão de prova e trabalhos escritos, desde que requerida no prazo estipulado pela Unidade Acadêmica.

Ademais, conforme a Resolução CONUN/UEMG Nº 374/2017, o aluno será considerado aprovado em cada uma das disciplinas do Curso o aluno que obtiver, cumulativamente: pelo menos 60 (sessenta) pontos sobre o total de 100 (cem) pontos cumulativos, distribuídos durante o semestre letivo nas avaliações das aprendizagens; e 75% (setenta e cinco por cento) de frequência no montante das aulas ministradas no semestre letivo.

Por sua vez, a Resolução COEPE/UEMG nº 249/2020, em seu artigo 3º estabelece que fará jus à compensação de faltas o discente que se enquadrar em alguma das seguintes situações:

- I - Estado de gestação;
- II - Adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção;
- III- Afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismo ou outras condições mórbidas, determinando distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados, cumulativamente, por:
 - a) Incapacidade física incompatível com a frequência às atividades acadêmicas presenciais, observadas as condições intelectuais e emocionais necessárias para

o prosseguimento da atividade acadêmica;

b) Ocorrência temporária, isolada ou esporádica;

c) Duração que não ultrapasse o período que comprometa, em cada caso, a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, atendendo a que tais características se verificam, entre outros, em casos de síndromes hemorrágicas, tais como a hemofilia, de asma, de cartide, de pericardites, de afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, de nefropatias agudas ou subagudas e de afecções reumáticas.

IV - Oficial ou Aspirante da Reserva, convocado para os Serviços Ativos;

V - Representação desportiva nacional ou estadual oficial.

4.6 Concepção e princípios metodológicos

São muitos os desafios que nossa sociedade atual coloca para a gestão do trabalho humano e que o Curso em questão, desenvolvido em uma Universidade pública e comprometida com o desenvolvimento social, pretende enfrentar. Para tanto se faz necessária a formação de um profissional dinâmico, conhecedor da base teórica da gestão pública, e ao mesmo tempo, pronto para a prática profissional, permitindo uma fácil inserção do aluno no mercado de trabalho, seja em instituições públicas ou privadas.

Nesse sentido, o projeto pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública tem como princípios norteadores de formação:

- **Flexibilidade**, caracterizada pela construção dialógica dos conhecimentos a partir da interação de diferentes saberes e práticas e pela construção de itinerários formativos que possibilitem o adensamento conceitual nos diversos eixos de formação e a identificação de percursos próprios a cada estudante. Como será demonstrado, é apresentada na grade curricular uma proposta de integralização dos créditos pelos alunos, pensando no caminho formativo e adequação da carga horária, contudo, é possível que o aluno faça modificações em seu percurso, de acordo com sua realidade;

- **Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade**, apontando para o rompimento das barreiras disciplinares no campo epistemológico e no campo pedagógico, construindo possíveis trânsitos pela multiplicidade dos saberes, sem procurar integrá-los artificialmente, mas estabelecendo poli compreensões infinitas. No presente projeto são contempladas as

disciplinas de Projeto Interdisciplinar, disciplinas eletivas e ainda atividades de extensão, o que demonstra de forma clara observância a esse princípio;

- **Relação entre teoria e prática como práxis pedagógica**, concebendo a natureza dialética da atividade teórico-prática em que a teoria se modifica constantemente com a experiência prática, que, por sua vez, se modifica constantemente com a teoria. Pautando o processo pedagógico na conversão da teoria em parte da experiência vivida, sem perder de vista sua dimensão política que diz respeito aos interesses da sociedade ou de grupos sociais específicos, construtores desse saber. Tal diretriz foi observada no desenvolvimento das ementas das disciplinas propostas, mas também nas atividades promovidas pelo curso, como atividades extensionistas, de pesquisa etc.

- **Contextualização**, pelo estabelecimento de uma relação profunda com a realidade da gestão de pessoas, quer digam respeito às posturas políticas e éticas vinculadas a parâmetros de formação profissional do tecnólogo em Gestão Pública, quer aos indicadores de projetos e pesquisas a desenvolver.

- **Inovação**, com incorporação sistemática, no cotidiano das práticas pedagógicas de formação, das inovações tecnológicas, de modelos alternativos e de novos procedimentos de gestão de pessoas, bem como das demandas sociais emergentes neste âmbito.

- **Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão**, com o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão relacionados ao trabalho em gestão de pessoas em organizações públicas e privadas articulados à análise crítica e reflexões que possibilitem o adensamento do currículo proposto. Pretende-se o aprofundamento de um novo conceito de sala de aula, que compreenda todos os espaços, dentro e fora da universidade, em que se realiza o processo histórico-social com suas múltiplas determinações, passando a expressar um conteúdo multi/inter/transdisciplinar, como exigência decorrente da própria prática. Para tanto, em consonância com normativas da UEMG, restam inseridas na carga horária do curso Atividades Extensionistas, que serão pormenorizadas em tópico próprio.

- O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública se desenvolve ao longo dos 4 (quatro) semestres letivos e o processo de formação do discente possui as três dimensões formativas próprias a todos os cursos da Unidade Barbacena (Formação Básica, Formação Específica e Formação Profissional) e quatro eixos de formação (Estado, sociedade e políticas públicas; dimensões da gestão pública; tecnologias em gestão públicas; humanidades e linguagens) que, articulados a um só tempo, no desenho da estrutura

curricular do curso, dão ênfase à relação teoria e prática e à transversalidade com a Administração pública.

Como sustentação metodológica que objetiva assegurar o trabalho coletivo, a práxis e a transversalidade dos conhecimentos desenvolvidos nas quatro dimensões acima mencionadas, o Eixo transversal e Interdisciplinar se apresenta de forma a possibilitar a plena compreensão e integração das disciplinas que compõem a matriz curricular.

A formulação dos Eixos de Formação se deu a partir da elaboração do Mapa Conceitual do curso.

Figura 1 - Mapa conceitual - Eixos de formação em Gestão Pública



O Eixo **Estado, sociedade e políticas públicas** caracteriza-se pela compreensão das dimensões sócio-históricas, econômicas, políticas e culturais das sociedades contemporâneas e suas relações com o Estado e pela análise dos processos de formulação e implementação de políticas públicas enfatizando os principais desafios da cidadania e democracia no Brasil.

O Eixo **Dimensões da Gestão Pública** caracteriza-se pela compreensão dos fundamentos da gestão pública em suas dimensões organizacionais, econômicas, financeiras e

contáveis, destacando as novas formas de organização (estruturais e funcionais) compatíveis com a participação, democratização dos processos decisórios e desenvolvimento humano.

O Eixo **Tecnologias em Gestão Pública** caracteriza-se pela construção do conhecimento para a instrumentalização crítica sobre as diferentes tecnologias e processos para a gestão pública.

O Eixo **Humanidades e Linguagens** caracteriza-se pela formação do gestor nas dimensões humanas e sociais, no emprego de diferentes linguagens e interlocuções com os diversos grupos de interesse.

Insta ressaltar que a concepção e princípio do Curso se coaduna com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UEMG (2023), que estabelece como missão da Universidade a promoção de Ensino, Pesquisa e Extensão, “de modo a contribuir para a formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento e a integração dos setores da sociedade e das regiões do Estado”. Estabelece ainda crenças e valores a serem observados, quais sejam:

Mérito da Qualidade Acadêmica: Formação de uma comunidade científica que oportunize a interação com outras instituições produtoras de conhecimento e, ao mesmo tempo, estabeleça uma sinergia na busca da excelência da UEMG. Formação e atuação de grupos de pesquisa com forte base científica e tecnológica para o fortalecimento do stricto sensu (atendendo os critérios da CAPES). Avaliação interna e externa na busca do mérito da qualidade acadêmica.

Compromisso Ético: A Universidade deve ser o cenário em que a Ética Profissional norteie as relações e ações, oportunizando a dignidade humana, a construção do conhecimento e da convivência harmoniosa no contexto sociocultural no qual seus cidadãos irão operar, estendendo a produção da Universidade à sociedade em que está inserida.

Responsabilidade Social: Responsabilidade social, na UEMG, significa formar cidadãos éticos, críticos e inovadores, desenvolver pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento que possam contribuir para o avanço tecnológico do Estado e implementar um trabalho extensionista com compromisso de interagir com a comunidade na busca da transformação social, da preservação ambiental, da melhoria da qualidade de vida e da inclusão social.

Inovação e trabalho cooperativo: A Universidade, ao promover a inovação, por via de novas tecnologias, estimula a competitividade e a cooperação em todos os setores que colaboram para o desenvolvimento científico e sociocultural e interfere sobre múltiplos processos econômicos, sociais e culturais. A UEMG deverá ser essa agência geradora de conhecimento, formando pesquisadores capazes de competir e cooperar com o setor produtivo e de contribuir, efetivamente, para o desenvolvimento do Estado e da Nação.

Compromisso com as Políticas Públicas: A Universidade do Estado de Minas Gerais tem o compromisso de participar e fortalecer as políticas públicas em todas as áreas do conhecimento mediante ações efetivas para potencializar as demandas e otimizar a qualidade dos serviços prestados. (UEMG, 2023).

Sobre o atendimento à missão da Universidade, dúvida alguma paira, vez que demonstrar-se-á no presente projeto que Pesquisa, Ensino e Extensão estão intrinsecamente

ligados no Curso em questão. Com relação aos princípios, resta também contemplada, seja através da atuação do corpo docente e administrativo da Unidade, que apoiam o curso, seja no presente projeto pedagógico, com a previsão de disciplinas voltadas ao atendimento dessa demanda (como a disciplina de Ética, sustentabilidade e Responsabilidade Social; Estado, Governo e Administração Pública; Cidadania e Direitos Humanos) e ainda de componente curricular de extensão, como será detalhado em tópico próprio.

Por fim, o Projeto Pedagógico do Curso foi formatado com a preocupação em abordar as temáticas transversais, que hoje são consideradas conteúdos obrigatórios nos cursos de graduação. Desse modo, a acessibilidade, história e cultura afro-brasileira, história e cultura indígena, Direitos humanos e educação ambiental, são tratados durante a formação discente, contribuindo sobremaneira para a formação humanística dos alunos.

4.7 Diretrizes Pedagógicas do Curso para a inclusão, diversidade e formação cidadã

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UEMG Barbacena fundamenta-se em diretrizes pedagógicas que valorizam a formação técnica, ética e cidadã do gestor público, em consonância com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica e com os compromissos institucionais da Universidade. Alinhado à Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, o curso adota uma abordagem pedagógica inclusiva, atenta à diversidade dos sujeitos em formação e ao fortalecimento da democracia e dos direitos sociais.

Nesse contexto, o curso assegura a consideração das necessidades específicas de estudantes com deficiência, com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e com altas habilidades ou superdotação, promovendo condições de igualdade no processo educacional. Tal diretriz está em conformidade com a Lei Estadual nº 24.786, de 6 de junho de 2024, que institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado a esses públicos, e está articulada às políticas institucionais de apoio à permanência e inclusão educacional já praticadas na UEMG.

Além disso, as diretrizes pedagógicas do curso estão comprometidas com a formação crítica e emancipadora, conforme estabelecido pelas Resoluções CNE/CP nº 1/2004 (Educação das Relações Étnico-Raciais), nº 2/2012 (Educação Ambiental) e nº 1/2012 (Educação em Direitos Humanos), bem como pela Resolução COEPE/UEMG nº 323/2021, que orienta sua efetiva incorporação nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade. Essas diretrizes se materializam na organização curricular do CST em Gestão Pública por meio de

componentes que abordam temáticas como diversidade, participação social, sustentabilidade, ética, cultura democrática e políticas públicas, além de se expressarem nas atividades extensionistas e integradoras previstas ao longo do curso.

4.8 Matriz curricular

A organização curricular do curso está orientada pelas dimensões e eixos descritos e está estruturada a fim de concretizar e atingir os objetivos a que o curso se propõe, desenvolvendo as competências necessárias ao perfil profissional do egresso. A flexibilização de conteúdos se dá por meio de disciplinas obrigatórias, optativas, eletivas e outros mecanismos de organização de estudos que contemplem conhecimentos relevantes capazes de responder a demandas da comunidade interna e externa respeitando os saberes e as experiências do estudante, e proporcionando espaços de diálogos em busca da construção de conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento da sociedade.

As tabelas a seguir apresentam a divisão das disciplinas ao longo do semestre, a quantidade de horas/aula, horas/relogio e créditos de cada disciplina. Apresentam ainda a divisão da carga horária da disciplina em aulas teóricas, práticas e na modalidade a distância.

Tabela 05. 1º Período

DISCIPLINA/COMPONENTE	TIPO	CARGA HORÁRIA				CH TOTAL	TOTAL DE CRÉDITOS
		TEÓRICA	PRÁTICA	Extensão	EAD	H/R	
Teoria das Organizações	OB	60	0	0	0	60	4
Estado, Governo e Administração Pública	OB	60	0	0	0	60	4
Estatística	OB	60	0	0	0	60	4
Direito Constitucional	OB	60	0	0	0	60	4
Cidadania e Direitos Humanos	OB	30	0	0	0	30	2
Disciplina Optativa*	OP	60	0	0	0 *	60	4
Projeto Interdisciplinar I	OB	0	30	0	30	60	4
Atividades de extensão I	OB	0	0	45	0	45	3
TOTAL		330	30	45	30	435	29

Legendas: T: Aulas Teóricas; P: Aulas Práticas; EAD: Modalidade à distância; EXT: Atividade de Extensão; H/A: Hora-aula; H/R: Hora Relógio; CR: Créditos.

*As disciplinas optativas poderão ser ofertadas no sistema EAD, conforme demanda e disponibilizaç

Tabela 06. 2º Período

DISCIPLINA/COMPONENTE	TIPO	CARGA HORÁRIA				CH TOTAL	TOTAL DE CRÉDITOS
		TEÓRICA	PRÁTICA	Extensão	EAD	H/R	
Planejamento e Orçamento Público	OB	60	0	0	0	60	4
Noções de Controle e Auditoria na Administração Pública	OB	30	0	0	0	30	2
Matemática Financeira	OB	60	0	0	0	60	4
Políticas Públicas e Estado	OB	60	0	0	0	60	4
Ética, sustentabilidade e responsabilidade social	OB	30	0	0	0	30	2
Comunicação e Linguagem Organizacional	OB	30	0	0	0	30	2
Disciplina Optativa*	OP	60	0	0	0	60	4
Projeto Interdisciplinar II	OB	0	30	0	30	60	4
Atividades de extensão II	OB	0	0	45	0	45	3
TOTAL		330	30	45	0	435	29

Legendas: T: Aulas Teóricas; P: Aulas Práticas; EAD: Modalidade à distância; EXT: Atividade de Extensão; H/A: Hora-aula; H/R: Hora Relógio; CR: Créditos

*As disciplinas optativas poderão ser ofertadas no sistema EAD, conforme demanda e disponibilização.

Tabela 07. 3º Período

DISCIPLINA/COMPONENTE	TIPO	CARGA HORÁRIA				CH TOTAL	TOTAL DE CRÉDITOS
		TEÓRICA	PRÁTICA	Extensão	EAD	H/R	
Gestão Econômica	OB	60	0	0	0	60	4
Gestão de Projetos e Estratégia	OB	60	0	0	0	60	4
Contabilidade Pública	OB	60	0	0	0	60	4
Gestão de Pessoas	OB	30	0	0	0	30	2
Gestão de Marketing	OB	30	0	0	0	30	2
Disciplina Optativa*	OP	60	0	0	0	60	4
Projeto Interdisciplinar III	OB	0	30	0	30	60	4
Atividades de extensão III	OB	0	0	45	0	45	3
TOTAL		300	30	45	30	405	27

Legendas: T: Aulas Teóricas; P: Aulas Práticas; EAD: Modalidade à distância; EXT: Atividade de Extensão; H/A: Hora-aula; H/R: Hora Relógio; CR: Créditos

*As disciplinas optativas poderão ser ofertadas no sistema EAD, conforme demanda e disponibilização.

Tabela 08. 4º Período

DISCIPLINA/COMPONENTE	TIPO	CARGA HORÁRIA				CH TOTAL	TOTAL DE CRÉDITOS
		TEÓRICA	PRÁTICA	Extensão	EAD	H/R	
Gestão de operações	OB	60	0	0	0	60	4
Finanças Públicas	OB	60	0	0	0	60	4
Direito Administrativo	OB	60	0	0	0	60	4
Comportamento Organizacional	OB	30	0	0	0	30	2
Gestão da informação	OB	30	0	0	0	30	2
Disciplina Eletiva*	OP	60	0	0	0	60	4
Projeto Interdisciplinar IV	OB	0	30	0	30	60	4
Atividades de extensão IV	OB	0	0	45	0	45	3
TOTAL		300	30	45	30	405	27

Legendas: T: Aulas Teóricas; P: Aulas Práticas; EAD: Modalidade à distância; EXT: Atividade de Extensão; H/A: Hora-aula; H/R: Hora Relógio; CR: Créditos

*O aluno poderá escolher cursar disciplina eletiva presencial ou em EAD.

Tabela 09. Disciplinas optativas*

DISCIPLINA/COMPONENTE	TIPO	CARGA HORÁRIA		CH TOTAL	TOTAL DE CRÉDITOS
		TEÓRICA	EAD*	H/R	
Libras	OP	60	0	60	4
Temas Contemporâneos	OP	60	0	60	4
Gestão Ambiental	OP	60	0	60	4
Consultoria Organizacional	OP	60	0	60	4
Jogos de Empresas	OP	60	0	60	4
Gestão Social e Redes	OP	60	0	60	4
Gestão de Conflitos	OP	60	0	60	4
Minorias Sociais e Diversidades	OP	60	0	60	4
Direito Tributário	OP	60	30	60	4
Gestão Digital e Governo Eletrônico	OP	60	0	60	4

Legendas: T: Aulas Teóricas; P: Aulas Práticas; EAD: Modalidade à distância; EXT: Atividade de Extensão; H/A: Hora-aula; H/R: Hora Relógio; CR: Créditos

*As disciplinas optativas poderão ser ofertadas no sistema EAD, conforme demanda e disponibilização.

Tabela 09. Resumo do Plano de Distribuição da Carga Horária do Curso

COMPONENTES CURRICULARES	HORAS/RELÓGIO	CRÉDITOS
Disciplinas obrigatórias	1260	84
Disciplinas optativas	180	12
Disciplina eletiva	60	4
Atividades de Extensão	180	12
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	1.680	112
% das atividades de extensão sobre a CH total	10,7%	
% em EAD	21,4%	

Tabela 10. Resumo de Distribuição de Créditos e Carga Horária por Semestre

SEMESTRE	CH TOTAL	TOTAL DE CRÉDITOS
	H/R	
1º SEM - Disciplinas	390	26
2º SEM - Disciplinas	390	26
3º SEM - Disciplinas	360	24
4º SEM - Disciplinas	360	24
Atividades de Extensão	180	12
TOTAL	1.680	112

Tabela 11. Distribuição das disciplinas conforme Eixo de formação

EIXO: ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS				
DISCIPLINA/COMPONENTE	TIPO	CH TOTAL	TOTAL DE CRÉDITOS	SEMESTRE DE OFERTA PROPOSTO
		H/R		
Direito Constitucional	OB	60	4	1º
Políticas Públicas e Estado	OB	60	4	2º
Cidadania e Direitos Humanos	OB	30	2	1º
Direito Administrativo	OB	60	4	2º
Direito Tributário	OP	60	4	—

EIXO: DIMENSÕES DA GESTÃO PÚBLICA

DISCIPLINA/COMPONENTE	TIPO	CH TOTAL	TOTAL DE CRÉDITOS	SEMESTRE DE OFERTA PROPOSTO
		H/R		
Ética, sustentabilidade e responsabilidade social	OB	30	2	2º
Planejamento e Orçamento Público	OB	60	4	2º
Teoria das Organizações	OB	60	4	1º
Estado, Governo e Administração Pública	OB	60	4	1º
Contabilidade Pública	OB	60	4	3º
Finanças Públicas	OB	60	4	4º
Noções de Controle e Auditoria na Administração Pública	OB	30	2	2º
Gestão Social e Redes	OP	60	4	—
Gestão de Conflitos	OP	60	4	—

EIXO: TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

DISCIPLINA/COMPONENTE	TIPO	CH TOTAL	TOTAL DE CRÉDITOS	SEMESTRE DE OFERTA PROPOSTO
		H/R		
Gestão Econômica	OB	60	4	3º
Gestão de Projetos e Estratégia	OB	60	4	3º
Gestão de Marketing	OB	30	2	3º
Gestão de Pessoas	OB	30	2	3º
Gestão de Operações	OB	60	4	4º
Gestão da Informação	OB	30	2	4º
Consultoria Organizacional	OP	60	4	—
Estatística	OB	60	4	1º
Matemática Financeira	OB	60	4	2º
Jogos de Empresas	OP	60	4	—
Gestão Digital e Governo Eletrônico	OP	60	4	—
Gestão Ambiental	OP	60	4	—

EIXO: HUMANIDADES E LINGUAGENS				
DISCIPLINA/COMPONENTE	TIPO	CH TOTAL	TOTAL DE CRÉDITOS	SEMESTRE DE OFERTA PROPOSTO
		H/R		
Minorias Sociais e Diversidades	OP	60	4	–
Temas Contemporâneos	OP	60	4	–
Comportamento Organizacional	OB	30	2	4º
Comunicação e Linguagem Organizacional	OB	30	2	2º
Libras	OP	60	4	–

EIXO: TRANSVERSAL E INTERDISCIPLINAR				
DISCIPLINA/COMPONENTE	TIPO	CH TOTAL	TOTAL DE CRÉDITOS	SEMESTRE DE OFERTA PROPOSTO
		H/R		
Projeto Interdisciplinar I	OP	60	4	1º
Projeto Interdisciplinar II	OP	60	4	2º
Projeto Interdisciplinar III	OB	60	4	3º
Projeto Interdisciplinar IV	OB	60	4	4º

4.8.1 Disciplinas à Distância

Na última década, sobretudo a partir de 2020 quando passamos a conviver com a pandemia do COVID- 19, a Educação à Distância se tornou uma necessidade objetiva, requerendo da gestão acadêmica a análise do seu melhor uso e o emprego de mecanismos que permitam oferecer aos alunos educação de qualidade por meio diferente do ensino presencial. O desenvolvimento de novas plataformas, o avanço tecnológico e a democratização do uso da internet e de equipamentos, sobretudo por meio dos smartphones, tornou essa modalidade de ensino mais presente em nosso dia a dia, mostrando-se útil para o desenvolvimento de competências, como a autonomia do aluno. As ofertas das disciplinas à distância, ofertadas a critério do colegiado de curso, devem se submeter às exigências do Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que dispõe:

Art. 10. Os cursos de graduação presencial deverão ofertar, no mínimo, 70% (setenta por cento) de sua carga horária total por meio de atividades presenciais.

§ 1º A inclusão de carga horária de ensino a distância nos cursos de que trata o caput poderá ser realizada por meio de atividades síncronas e assíncronas, e deverá estar prevista no Projeto Pedagógico do Curso, atender às Diretrizes Curriculares Nacionais e ser comunicada de forma explícita aos estudantes, vedado exceder o limite de 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso.

Em atendimento a essa determinação, urge destacar que poderão ser ofertadas disciplinas do curso nas modalidades a distância, desde que obedecidos os limites estabelecidos pelo Decreto supracitado.

Entende-se que a adoção de tais modalidades pode garantir uma maior flexibilidade aos alunos para cumprimento das disciplinas, e no caso de optativas e eletivas, uma melhor possibilidade de escolha. Além disso, como destacado no PPC, observa-se um crescimento substancial no período 2010-2019, seja do número de matrículas, seja do número de alunos concluintes em cursos de tecnologia, destacadamente em instituições privadas na modalidade a distância, o que reclama a relevância de considerar esforços direcionados a oferta de disciplinas e, até mesmo, cursos de tecnólogo nesta última modalidade de ensino.

Oportunamente, destaca-se que a Universidade do Estado de Minas Gerais possui *expertise* no oferecimento de cursos à distância, a qual tornou-se ainda mais alargada durante a pandemia. Além disso, no seu Plano de Desenvolvimento institucional (2023, p.16), uma das metas a serem alcançadas é “fortalecer o uso de EaD nas atividades de ensino, pesquisa e extensão”. Destarte, explica-se a viabilização da implantação das disciplinas.

Cada professor, no âmbito de sua disciplina, estabelecerá as metodologias a serem utilizadas no desenvolvimento de suas atividades. Os professores da Unidade Barbacena possuem ampla experiência em ensino à distância, uma vez que em virtude do regime remoto, adotado em 2020 e 2021, decorrente da Pandemia do COVID-19, realizaram capacitação, promovida pela própria Universidade e já tiveram a oportunidade de se aprimorar nessa forma de ensino.

Assim, o presente projeto se referencia também nesta experiência pretérita para estabelecer que todas as disciplinas do curso, especialmente as optativas, podem ser

ministradas à distância, com exceção de Jogos de Empresa. Dessa forma, optou-se por prever no próprio PPC, expressamente, as seguintes definições:

- As disciplinas optativas dos cursos (com exceção de Jogos de Empresa), poderão, preferencialmente, ser oferecidas em EaD, como forma de facilitar o cumprimento da carga horária pelos alunos, e ainda possibilitar a matrícula em disciplinas de outros cursos. Ressalta-se, contudo, que tais disciplinas também poderão ser ofertadas presencialmente, caso haja interesse dos alunos e número mínimo de matrículas, segundo deliberação do colegiado de curso.
- As demais disciplinas do curso serão oferecidas na modalidade presencial. Contudo, tais disciplinas poderão ser oferecidas, alternativamente, na modalidade a distância, sendo obrigatória, contudo, a aprovação pelo Colegiado de Curso e respeitada a referida carga horária máxima prevista para as atividades a distância.

Ao prever tal possibilidade no PPC, propicia-se maior flexibilidade para realização do curso pelo aluno e, também, para a operacionalização do semestre por parte da gestão acadêmica.

Ressalte-se que as disciplinas à distância são utilizadas como ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) a plataforma Moodle, disponível em: <https://ava.uemg.br>. Tal software já é utilizado há bastante tempo, e com muito sucesso. Ademais, há o sistema Lyceum, onde são lançadas as notas, faltas e materiais para os alunos, cujo uso pode ser complementar aos dos demais.

Destaque-se que as plataformas utilizadas garantem aos alunos com deficiência amplo acesso ao conteúdo dos cursos, uma vez que podem ser integradas a outros sistemas de tecnologia assistiva.

4.8.2 Atividades de Extensão

Segundo o artigo 4º, da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018: “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos” (MEC, 2018). Do mesmo modo, a Resolução COEPE/UEMG nº 287, de 04 de março de 2021, determina que as atividades de extensão são componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade, e deve compor, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária do

curso.

Essa carga horária deve ser realizada de forma concomitante às demais atividades acadêmicas, dentro do prazo de conclusão do curso e protocoladas semestralmente na secretaria acadêmica. Sendo o objetivo principal destas ampliar e diversificar o processo formativo, incentivando a participação do estudante em atividades que estimulem a construção do senso crítico, o envolvimento com a sociedade e que possibilitem novas experiências sociais, culturais e profissionais.

As atividades extensionistas são parte integrante do currículo, sendo obrigatórias para a conclusão do curso e realizadas em horário extraclasse. A carga horária deverá ser de no mínimo 198 horas/aula, equivalente a 165 horas/relógio que serão validadas pela coordenação de extensão e posteriormente pela coordenação de curso, mediante apresentação de documentos comprobatórios na Secretaria Acadêmica.

A realização das atividades de extensão é de autonomia do discente, cabendo a este a escolha das atividades, a realização e envolvimento com atividades extensionistas, além da entrega de documentos comprobatórios. As atividades podem ser desenvolvidas desde o primeiro período até o último e os documentos comprobatórios deverão ser protocolados semestralmente na Secretaria Acadêmica, sendo, em seguida, avaliados pela Coordenação de Extensão e posteriormente validados pela Coordenação de Curso, conforme Anexo I – Regulamento de atividades extensionista, constante ao final deste PPC.

Por sua vez, conforme a Resolução CEE nº 490/2022 (MINAS GERAIS, 2022), o currículo do curso segue os princípios norteadores da Extensão Universitária, quais sejam:

- A interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade, por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- A formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- A produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e da aplicação de conhecimentos e de outras atividades acadêmicas e sociais;
- A articulação entre ensino, extensão e pesquisa, ancorada em processo pedagógico

- único, interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico e tecnológico;
- O estabelecimento de diálogo construtivo e transformador da comunidade acadêmica com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando-se e promovendo-se a interculturalidade;
 - A promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de Ensino Superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, de cultura, de direitos humanos, de justiça, de educação, de meio ambiente, de saúde, de tecnologia e de trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, a educação étnico-racial, os direitos humanos e a educação indígena;
 - A promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;
 - O incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira;
 - O apoio a princípios éticos que expressem o compromisso de cada estabelecimento de Educação Superior com o desenvolvimento econômico, político, social e cultural do Estado de Minas Gerais.

4.8.3 Ementário das Disciplinas e referências por período

PRIMEIRO PERÍODO
TEORIAS DAS ORGANIZAÇÕES
Antecedentes e influenciadores do pensamento administrativo – bases históricas da administração. Abordagem clássica (Administração Científica e Teoria Clássica). Abordagem humanística: escola das Relações Humanas. Teoria da Burocracia – racionalidade e poder. Teoria de Stakeholders e Teoria da Agência. Teoria Institucional e da Dependência de Recursos. Neo-institucionalismo. Autogestão, co-gestão e a abordagem participativa. As contradições organizacionais da visão dialética. <i>Critical management studies</i> , Teoria Crítica e a dimensão ideológica. Poder, controle e conflito nas organizações. Abordagem construcionista. A dimensão identitária e simbólica nas organizações. Organização e trabalho na pós-modernidade. Linguagem e Teoria da Ação Comunicativa. A ligação entre a rede e o ser, teoria ator-rede. Teoria da estruturação: agência e estrutura. A abordagem da estratégia como prática. Mudança organizacional: coisas ou processos (<i>Organizing</i> e <i>Sensemaking</i>).

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CARAVANTES, Geraldo Ronchetti; PANNO, Cláudia Caravantes; KLOECKNER, Mônica Caravantes. **Administração**: teorias e processo. São Paulo: Pearson 2004. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/326/>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
JONES, Gareth R. **Teoria das Organizações** - 6ª ed. São Paulo: Pearson, 2010. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1243/> Acesso em: 12 de set. de 2024.
VIZEU, Fábio. **Teorias da administração**: origem, desenvolvimento e implicações. Curitiba:
Intersaberes, 2019. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177812/> Acesso em: 12 de set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ABRANTES, José. **Teoria geral da administração - TGA**: a antropologia empresarial e a problemática ambiental. Rio de Janeiro: Interciência, 2012. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/49793>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
BERGUE, Sandro Trescastro. **Modelos de Gestão em Organizações Públicas**: Teorias e tecnologias para análise e transformação organizacional. Caxias do Sul: EducS, 2011. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2951>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
COLTRO, Alex. **Teoria geral da administração**. Curitiba: Intersaberes, 2015. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/26923>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
ORLICKAS, Elizenda. **Modelos de gestão**: das teorias da administração à gestão estratégica. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6180>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
SILVA, Reinaldo O. da. **Teorias da Administração**. São Paulo: Pearson, 2013. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3789/>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Estado, o Governo e a Sociedade, inclusive no contexto histórico e das práticas de poder. Forma histórica de Administração Pública: sua evolução no Brasil e as reformas administrativas; tendências e paradigmas da gestão pública contemporânea: a Administração Pública por resultados (*New Public Management*) e Administração Pública Societal. Concepções de governança, eficiência, equidade, transparência e *accountability*: Participação social, parcerias e gestão em redes, relações intergovernamentais e intragovernamentais (intersectorialidade). Gestão do Estado, diferenças entre gestão pública e privada.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CARAVANTES, Geraldo Ronchetti; PANNO, Cláudia Caravantes; KLOECKNER, Mônica Caravantes. **Administração**: teorias e processo. São Paulo: Pearson, 2005. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/326/>. Acesso em: 12 de set. 2024.
LOURENÇO, N. V. **Administração pública**: modelos, conceitos, reformas e avanços para uma nova gestão. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em:
<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37153/>. Acesso em: 12 set. 2024.
CAMPOS, L. M. F. **Administração pública estratégica**: planejamento, ferramentas e implantação. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185766/> Acesso em: 12 set. 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

- COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado; 200 anos de administração pública; 200 anos de reformas. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 5, p. 829-74, set./out. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122008000500003>. Acesso em: 12 set. 2024.
- HACK, Neiva. **Política pública e gestão governamental**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186764>. Acesso em: 12 set. 2024.
- OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Administração pública, concessões e terceiro setor**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. **Burocracia e Políticas Públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea: Enap: 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180705_livro_burocracia_e_politicas_publicas_no_brasil.pdf Acesso em: 12 de set. de 2024.
- MADEIRA, José Maria. **Administração Pública**. 13. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. Tomo 2. Disponível em: <http://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37884>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

ESTATÍSTICA

Tópicos de Matemática Elementar. Definições e Conceitos Estatísticos. População e Amostra. Séries Estatística. Gráficos Estatísticos. Distribuição de Frequência. Medidas de Posição. Medidas de dispersão.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

- TAVARES, Marcelo. **Estatística aplicada à administração**. Capes: UAB. 2014. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401407/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Modulo%204%20-%20Estatistica%20Aplicada%20a%20Administracao%20-%203ed%202014%20-%20GRAFICA%20-%20atualizado.pdf>
- SILVA, Rodolfo dos Santos. **Estatística aplicada**. Contentus, 2020. E-book.
- GUERRA, Fernando. **Matemática básica**. Capes: UAB, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145345/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Matematica%20Basica.pdf>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

- MORETTIN, Luiz Gonzaga. **Estatística básica: probabilidade e inferência**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- CASTANHEIRA, Nelson Pereira. **Estatística aplicada a todos os níveis**. 2.ed. Editora Intersaberes, 2018. E-book.

Larson, Ron. **Estatística aplicada**. 4. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
NEUFELD, John L. **Estatística aplicada à administração usando Excel**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2003.
BONORA, Dorival J. **Estatística Básica**. Ícone Editora, 2019. E-book.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Constituição: supremacia, funções básicas, regras e princípios. O Poder Constituinte. Norma Constitucional. Reforma constitucional. Revisão e Emenda constitucional. O papel da Constituição no Estado. Direitos constitucionais: individuais, coletivos, sociais, políticos e de nacionalidade. O controle de constitucionalidade das leis e atos normativos. A organização político-administrativa do Estado. Intervenção federal e estadual. A jurisdição constitucional: conceito, origens, fundamentos de legitimidade e funções. O Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus, Habeas Data, Mandado de Segurança, Ação Popular, Mandado de Injunção, Ação Civil Pública, Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Legislação trabalhista para os agentes públicos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

GOES, Guilherme Sandoval. **Direito Constitucional**. São Paulo: Processo, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185213>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
HACK, Erico. **Direito Constitucional**: conceitos, fundamentos e princípios básicos. São Paulo: Intersaberes, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/6004>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
MESSA, Ana Flávia. **Direito Constitucional**. 5. ed. São Paulo: Rideel, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182492>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BENVINDO, Juliano Zaiden et. al. O estudo do Direito Constitucional Comparado no Brasil: mapeamento das iniciativas e perspectivas de desenvolvimento da área. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 11, n. 1, e254, jan./abr. 2024. DOI: 10.5380/rinc.v11i1.88175. <https://www.scielo.br/j/rinc/a/YySM9TKKM87BDxb8jsZqSNt/>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
GOMES, Eduardo Biacchi. **Controle de Constitucionalidade no Brasil**: Tópicos sobre o Controle de Convencionalidade. São Paulo: Intersaberes, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185102>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
GLASSENAPP, Ricardo (organizador). **Introdução ao Direito**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22137/pdf/0>. Acesso em: 12 set. 2024.
MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 35. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.
SANTOS, Boaventura S. (Org.). **O pluriverso dos direitos humanos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Disponível em:

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174953/> Acesso em: 12 de set. de 2024.

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

A interdependência entre os conceitos de democracia, cidadania e direitos humanos. A compreensão histórica dos direitos humanos. A importância da democracia para a construção de uma sociedade inclusiva e para garantir os direitos humanos. O direito à equidade, os direitos fundamentais e o exercício de cidadania. Cidadania digital. Reconhecimento de novos sujeitos. Pluralismo, inclusão étnico-racial, diversidade e cidadania. Direitos humanos na ordem internacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BERTHOLDI, Juliana. **Ética, Direitos Humanos e Direitos da Cidadania**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185299/> Acesso em: 12 de set. de 2024.

RODRIGUES, Janine A. **Gestão Pública e Cidadania**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186047/> Acesso em: 12 de set. de 2024..

GONTIJO, André Pires *et al.* **Proteção internacional dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: Processo, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185326> Acesso em: 12 de set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

AMÉRICO JÚNIOR, Elston; RADVANSKEI, Iziquel Antônio. **Estudo das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186412/> Acesso em: 12 de set. de 2024.

NOWAK, Bruna. **Cooperação Internacional em Direitos Humanos**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185232> Acesso em: 12 de set. de 2024.

MEDEIROS, Analuce Danda Coelho. **Política e cidadania: construção de uma nação democrática**. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/124245> Acesso em: 12 de set. de 2024.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs). **História da Cidadania**. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2223/> Acesso em: 12 de set. de 2024.

SANTOS, Boaventura S. (Org.). **O pluriverso dos direitos humanos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/174953/> Acesso em: 12 de set. de 2024.

PROJETO INTERDISCIPLINAR I

Noções de epistemologia e a relevância do conhecimento científico. Da teoria à prática: métodos e técnicas de pesquisa. Abordagem quantitativa e qualitativa. A incorporação interdisciplinaridade na pesquisa científica. Estrutura de um trabalho acadêmico: introdução, referencial teórico, metodologia, análise de resultados, discussões/conclusões. Bases de dados. Plataforma sucupira, classificação qualis. Apresentação das normas e padronização na elaboração de trabalhos acadêmicos. Normas da ABNT e outras normas utilizadas no âmbito acadêmico. Modalidades de textos acadêmicos: fichamento, resumo acadêmico, resenha crítica. Noções de apresentações em público.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/341>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/54223>. Acesso em: 1 de mar de 2021.

PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade**: conceito e distinções. Caxias do Sul: Educs, 2008. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2976>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/358>. Acesso em: 01 Mar 2021.

DEMO, Pedro. **Metodologia da investigação em educação**. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6251>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

MARTINS JÚNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/149506>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

MIRANDA, Luiz Felipe. **Introdução histórica à filosofia das ciências**. Curitiba: InterSaber, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/41650/>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: InterSaber, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37394>. Acesso em: 12 de set. de 20

SEGUNDO PERÍODO

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

História e trajetória recente do planejamento governamental. Planejamento participativo: momento explicativo, normativo, estratégico e tático-operacional. Planejamento público: Fases (preparação política e execução técnica), 6 princípios, níveis (global, regional e setorial), elementos (planos, programas, ações, operações especiais e ações não orçamentárias). Planos: diretor, decenais e de governo. PPA e seus atributos: justificativa, objetivo, público-alvo, estratégia de implementação, horizonte temporal, valor e meta. Indicadores, monitoramento e avaliação do PPA. Princípios orçamentários. Vinculações: educação, saúde, DRU e DREM. Receita: classificações, tipos e renúncia (incluindo anistia e remissão). Regras de concessão e tipos de benefícios fiscais. Despesas: classificações, obrigatórias e discricionárias, fases (empenho, liquidação e pagamento). Restos a pagar processados e não processados e a LRF. Créditos adicionais: possibilidades legais de abertura e uso. LDO e PLP 135/1996. História do orçamento público e dos diversos modelos no Brasil. LOA: caráter autorizativo, CMO, discussão, votação, aprovação, vetos e acompanhamento posterior. Emendas de comissões permanentes, mesas diretoras, bancada e individuais. Caráter impositivo de parte das ementas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CRUZ, June Alisson Westarb; CATAPAN, Anderson; BERNARDONI, Doralice Lopes. **Planejamento e Orçamento na Administração Pública**. 2 ed. Curitiba, Intersaberes 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6097> Acesso em: 12 de set. de 2024.

DE TONI, Jackson. **O planejamento estratégico governamental: reflexões, metodologias e implicações na gestão pública**. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37392> Acesso em: 12 de set. de 2024.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALVES, Benedito Antônio; GOMES, Sebastião Edilson Rodrigues. **Lei de responsabilidade fiscal comentada**. 5. ed. rev. atual. e aum. -. Leme: JH Mizuno, 2011.

DAGNINO, Renato. **Planejamento estratégico governamental**. 3. ed. Rev. Atual. Florianópolis: UFSC; Brasília: CAPES, UAB, 2014. 162 p.

DALLA VECCHIA, E.; MONTTOYA, M.A. **Orçamento e planejamento municipal; um estudo de caso**. Revista de Economia Política, São Paulo, SP, v. 22, n. 86, p.136-155 <https://www.scielo.br/j/rep/a/w77pj6gpQ7GXgL6H39XLJWv/?lang=pt>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

LOCHAGIN, Gabriel Loretto. **A execução do orçamento público: flexibilidade e orçamento impositivo**. São Paulo: Blucher, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/163029> Acesso em: 12 de set. de 2024.

SANTOS, Rita de Cássia L.F. **Plano plurianual e orçamento público**. 3. ed. rev. ampl. Florianópolis: UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2014. 189 p. ISBN 9788579882616 Acesso em: 12 de set. de 2024.

NOÇÕES DE CONTROLE E AUDITORIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Expressões do termo controle, relações entre controle e violência simbólica, princípios, funções, classificação quanto à extensão e órgão, espécies e instrumentos de fiscalização. Controle

interno: funções, ciclos, unidades seccionais, atribuições do controlador geral e dos agentes de controle. Controle externo: legislativo, executivo e social; os papéis do Ministério Público, Tribunais de Contas e Ministérios dos Tribunais de Contas, poder geral de cautela do Tribunal de Contas. Avaliação da gestão dos administradores públicos (prestação de contas). Tomada de contas especial. Noções de gestão de riscos. Limitações dos mecanismos de controle. Auditoria no Sistema de Controle: finalidade, classificações, formas de execução, procedimentos e técnicas. PAINT e RAIN. Auditoria Baseada em Risco (ABR). Auditoria de *Compliance*. Regras de conduta do auditor. Regras de execução da auditoria: evidência, amostragem e segurança nos controles administrativos. Regras de organização dos papéis de trabalho. Diferenças entre auditoria e perícia. Relatórios de auditoria, parágrafos de ênfase.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CORBARI, Ely Célia; MACEDO, Joel de Jesus. **Controle interno e externo na administração pública**. Curitiba: Intersaberes: 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/5914> Acesso em: 12 de set. de 2024.

SOUZA, Hamilton Edson Lopes de. **Metodologia de auditoria interna**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184838>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

ANDRADE, Eurídice Mamede de. (org.). **Planejamento, controle e informação: diálogos e reflexões para o desenvolvimento gestão pública e privada/organização**. 1 ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/124116>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BIANCHI, M.; & BACKES, R. G.; & GIONGO, J. (2006). A participação da controladoria no processo de gestão organizacional. Revista ConTexto, Porto Alegre. 6(10). pp. 1- 23 Recuperado em 19 janeiro, 2017 de <https://bit.ly/2MRomKs> Acesso em: 12 de set. de 2024.

FURTADO, Lorena Lucena. **Gestão de riscos**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186236> Acesso em: 25 fev. 2021.

MELO, Moisés Moura de; SANTOS, Ivan Ramos. **Auditoria contábil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Maria Augusta Delgado, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/49252>. Acesso em: 25 fev. 2021.

REIS, L. G dos et al. (2008). O processo de implementação da Controladoria Municipal: estudo de caso em dois municípios paranaenses. Anais do Congresso Brasileiro de Custos. Curitiba, PR, Brasil, 15. Recuperado em 21 novembro, 2016 de <https://bit.ly/2BruxjP>. Acesso em: 25 fev. 2021.

TEIXEIRA, A. B. S. D. (2016). A Contabilidade de Gestão na Administração Pública, uma Evolução Sustentada. Atas do XVII Encontro AECA, 1-15. <http://www.aeca1.org/xviiencuentroaeca/comunicaciones/53f.pdf> Acesso em: 12 de set. de 2024.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Tópicos de Matemática elementar. Conceitos financeiros. Capitalização de juros simples e

composta. Desconto simples e composto. Séries de pagamentos. Sistemas de amortização. Análise e investimentos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

PUCCINI, Ernesto Coutinho. **Matemática financeira e análise de investimentos**. CAPES: UAB, 2016. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145369/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-Matematica%20Financeira%20e%20Analise%20de%20Investimentos.pdf>

NETO, Alexandre Assaf. **Matemática financeira e suas aplicações**. 14. São Paulo Atlas, 2019. E-book.

GUERRA, Fernando. **Matemática básica**. Capes: UAB, 2016. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/145345/1/PNAP%20-%20Bacharelado%20-%20Matematica%20Basica.pdf>

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

FERREIRA, Paulo Vagner. **Matemática financeira na prática**. Editora Intersaberes, 2019. E-book.

GIMENES, Cristiano Marchi. **Matemática Financeira com HP 12C e Excel: uma abordagem descomplicada** - 2ª edição. Editora Pearson, 2009. E-book.

PUCCINI, ABERLADO DE ALMEIDA. **Matemática Financeira Objetiva e Aplicada**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FERREIRA, Paulo Vagner. **Matemática financeira na prática**. Editora Intersaberes, 2019. E-book.

CASTANHEIRA, Nelson Pereira; MACEDO, Luiz Roberto Dias de. **Matemática financeira aplicada**. Editora Intersaberes, 2020. E-book.

POLÍTICAS PÚBLICAS E ESTADO

Conceito de políticas públicas. Classificação. Atores sociais. Ciclo das políticas públicas. Formação de agendas e debate democrático. Emergência de novos conteúdos e premissas do processo de formulação, implementação e gestão. Políticas públicas integradas entre entes federados. Modelos de análise de políticas públicas. Monitoramento e avaliação. Governança democrática e integridade pública na execução de políticas públicas. Transparência pública e governo digital. Políticas transnacionais. Inovação na gestão pública. Objetivos globais de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

HACK, Neiva. **Política pública e gestão governamental**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186764>. Acesso em: 12 de set. de 2024..

RODRIGUES, Zita Ana L. **Ética na gestão pública**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186029>. Acesso em: 19 fev. 2021.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. 3. ed. Florianópolis: UFSC; Brasília: CAPES: 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

- FREITAS, Daniel P. P. **Proteção e governança de dados**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186853>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
- GOMES, Eduardo B. **Integração Regional e Políticas Públicas Nacionais**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/185233>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas e elaboração de estudos socioeconômicos. 4. ed. Campinas: Alínea, 2009.
- LOURENÇO, Nivaldo Vieira. **Inovação e boas práticas na gestão pública**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184455>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
- MOURA, Patrícia Rosania de Sá. **Gestão de políticas públicas municipais**. Ibitiré: Escola cidadã, 2019.

ÉTICA, SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL

Noções de ética e moral em contextos históricos, sociedades, culturas e tempos diversos. Ética no contexto da democracia. Ética no interior das organizações e da administração pública. Códigos de condutas. Ética profissional. Relação entre ética e responsabilidade social. As responsabilidades individuais, coletivas e cidadãs. Responsabilidade social suas origens, concepções e abordagens. Responsabilidade Social e as Organizações da Sociedade Civil. Diferenças entre filantropia e responsabilidade social. Educação Ambiental. Sustentabilidade em mundo globalizado frente às questões socioeconômicas no contexto contemporâneo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

- ASHLEY, Patrícia Almeida. (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- BOFF, Leonardo. **Ética e Moral**: a busca dos fundamentos. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.
- SERPEK, Paulo. **Responsabilidade social e competência interpessoal**. 2 ed. Curitiba: InterSaber, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/5534>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

- ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. **Ética empresarial na prática: liderança, gestão e responsabilidade** corporativa. 2 ed. InterSaber, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/42574>. Acesso em: 05 set. 2024..
- BAUMAN, Zygmunt. **Danos Colaterais**: desigualdades sociais numa era globalizada. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- RODRIGUES, Zita Ana Lago. **Ética na gestão pública**. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/39126>. Acesso em: 12 de

set. de 2024.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7 ed. São Paulo: EdUSP, 2014.

COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM ORGANIZACIONAL

Língua, linguagem e discurso. Língua, fala e enunciação. Funções da linguagem e variações linguísticas. Discurso, práticas discursivas e narrativas organizacionais. *Storytelling*. Diálogos, presenças, ausências e silêncios. Narrativas e discursos na construção de identidades e subjetividades nas organizações. Comunicação e *darksides* das organizações. Designação, representação e teoria da rotulação. Discurso e seus métodos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

DIJK, Teun A. Van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1506>. Acesso em: 01 Mar. 2021.

GUIMARÃES, Thelma de Carvalho. **Comunicação e linguagem**. São Paulo: Pearson, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3103>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; MARCHIORI, Marlene. **Comunicação, discurso, organizações**. São Caetano do Sul: Difusão, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177859>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

FANTI, Maria da Glória; BARBISAN, Leci Borges. **Enunciação e discurso**. São Paulo: Contexto, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3473>. Acesso em: 12 de set. de 2024..

FERNANDES, Alessandra Coutinho. **Análise de discurso crítica: para leitura de textos na contemporaneidade**. Curitiba: InterSaberes, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22424>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

KUNSCH, Margarida Maria. **A comunicação como fator de humanização das organizações**. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177856>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádea Regina. **A (des) ordem do discurso**. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1711>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

OTHERO, Gabriel de Ávila; KENEDY, Eduardo. **Chomsky: a reinvenção da linguística**. São Paulo: Contexto, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/170121>. Acesso em: 12 de set. de 2024..

PROJETO INTERDISCIPLINAR II

Investigação, análise e sistematização do conhecimento científico. Aproximação entre a teoria e a prática da gestão e promoção da interdisciplinaridade. Métodos de pesquisa em gestão. Pesquisa teórica e estudos empíricos. Levantamento bibliográfico e outras formas de elaboração de referencial teórico. Dados primários, pesquisa documental e aproximação com dados secundários. Modalidades acadêmicas de comunicação e divulgação da pesquisa científica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/341>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/54223>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade**: conceito e distinções. Caxias do Sul: Educs, 2008. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2976>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/358>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

DEMO, Pedro. **Metodologia da investigação em educação**. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6251>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

MARTINS JÚNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/149506>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

MIRANDA, Luiz Felipe. **Introdução histórica à filosofia das ciências**. Curitiba: InterSaber, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/41650/>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: InterSaber, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37394>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

TERCEIRO PERÍODO

GESTÃO ECONÔMICA

O problema econômico fundamental: escassez. O sistema econômico: componentes e dinâmica. real: equilíbrio e condicionalidades teóricas; contraponto a realidade concreta. Crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Estruturas de mercado. Teoria do consumidor: oferta, demanda, equilíbrio de mercado, elasticidades preço, renda e substituição. Noções de Contabilidade Social: mensuração da atividade econômica. Política econômica: Monetária, Cambial e Fiscal, Instrumentos, interação e efeitos sobre a demanda e o produto. Moeda: disciplina da emissão e circulação. Sistema financeiro nacional: estrutura, composição, Conselho Monetário e Banco Central. Processos de globalização e política internacional. Blocos econômicos, geopolítica e geoestratégica internacional, acordos internacionais, o papel do Itamaraty, embaixadas, demais organismos e representações internacionais. Indicadores socioeconômicos. Aspectos da economia brasileira. Impactos econômicos resultantes da gestão pública. Caráter social e sustentável das questões político- econômicas na tomada de decisão. Crises econômicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

MANIKIW, N. Gregory. **Introdução à economia**: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2001.

MOCHÓN Morcillo, Francisco. **Princípios de economia**. São Paulo. Pearson, 2007. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/15> Acesso em: 04 set. 2024.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick. **Manual de economia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

MENDES, Carlos Magno *et al.* **Introdução a economia**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, Brasília: UAB, 2012.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia**: fundamentos e aplicações - 2 ed. São Paulo. Pearson, 2009. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/1090/epub>. Acesso em: 04 set. 2024.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

OSULLIVAN, Arthur; Sheffrin, Steven M.; Nishijima, Marislei. **Introdução à Economia**: princípios e ferramentas. São Paulo. Pearson, 2004. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/410> Acesso em: 04 set. 2024.

STANLAKE, G. F. **Introdução à economia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

GESTÃO DE PROJETOS E ESTRATÉGIA

Fundamentos de Gestão Estratégica e Gestão de Projetos. Gestão Estratégica: fundamentos e metodologias. Processo da administração estratégica (Análise do ambiente, diretriz organizacional, formulação, implementação e controle estratégico). Metodologia do PMBOK: grupos de processos, áreas de gerenciamento, processos de projeto e escritório de projetos. Gestão de Programa e Projetos: processo de planejamento, formulação, implementação, monitoramento e avaliação de estratégias, projetos e planos de ações governamentais e sociais.

Projeto de políticas públicas (análise, elaboração, implementação e avaliação). Gestão de projetos sociais. Desafios da gestão de projetos

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CARVALHO, Fabio C. Araújo de. **Gestão de projetos**. 1ª ed. São Paulo: Pearson, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22259>. Acesso em: 12 de set. de 2024. CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul; MARCONDES, Reynaldo Cavalheiro; CESAR, Ana Maria Roux. **Administração estratégica: Planejamento e implementação da estratégia**. 3. ed. ed. São Paulo: Pearson, 2010. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1782>. Acesso em: 12 de set. de 2024. VARGAS, Ricardo. **Gerenciamento de projetos: Estabelecendo diferenciais competitivos**. 8ª ed. Rio de Janeiro. Brasport, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/159975/epub/0>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BARBOSA, Milton de A. **Planejamento estratégico para gestão pública**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186767>. Acesso em: 05 set. 2024. COSTA, Adriana B. da; PEREIRA, Fernanda da Silva. **Fundamentos de gestão de projetos: da teoria à prática: como gerenciar projetos de sucesso**. 1ª ed. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177750>. Acesso em: 12 de set. de 2024. HACK, Neiva, S. **Gestão de projetos sociais**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185743>. Acesso em: 23 fev. 2021. TONI, Jackson de. **O planejamento estratégico governamental: Reflexões metodológicas e implicações na gestão pública**. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37392/epub/0>. Acesso em: 12 de set. de 2024. VOSS, Ane. **Assessoria, consultoria e avaliação de serviços, programas e projetos sociais**. Curitiba: Intersaberes, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177671>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

CONTABILIDADE PÚBLICA

A contabilidade pública no contexto da contabilidade internacional: Estrutura conceitual, NBCTSP, MCASP. Natureza da informação contábil: patrimonial, orçamentária e de controle. Conceito de Ativo, Passivo e Patrimônio. Imobilizado e Depreciação de bens públicos. Notas explicativas as DCASP. Atos e fatos contábeis. PCASP. Quadros do Balanço patrimonial: principal; ativos e passivos financeiros e permanentes; superávit ou déficit financeiro; contas de compensação. Balancete de verificação. Demonstração das Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas. Princípios de Caixa e Competência. Balanço Financeiro. Quadros

do DFC pelo método direto: principal, receitas derivadas e originárias, transferências recebidas e concedidas, desembolso de pessoal e demais despesas por função e juros e encargos da dívida. Quadros do Balanço Orçamentário: principal, restos a pagar não processados e execução de restos a pagar processados. SICONFI.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

COELHO, Gabriel N. **Contabilidade governamental**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185294> Acesso em 14 set. 2024

_____. **Contabilidade pública e gerencial**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186457> acesso em 14 set. 2024

VALADARES, Eduardo Bernardo Monteiro; LEMOS, Marcelo Jacomo. **Contabilidade e orçamento governamental**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2021. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/204506> acesso em 14 set. 2024

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

GUEDES, Alvaro Martim; SILVÉRIO, João Paulo. **Contabilidade pública: inovações, aplicações e reflexos**. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37405> Acesso em: 25 fev. 2021.

LUZ, Érico Eleutério da. **Gestão contábil**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184482> Acesso em: 14 de set. de 2024

MOURA, Ivanildo Viana. **Abordagens teóricas da contabilidade**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184232> Acesso em: 26 fev. 2021.

MULLER, Aderbal. **Contabilidade introdutória**. 2 ed. São Paulo: Pearson, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182650> Acesso em: 14 set. 2024.

SAPORITO, Antônio. **Contabilidade geral: fundamentos e prática do raciocínio contábil**. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/129463>. Acesso em: 14 set. 2024.

GESTÃO DE PESSOAS

Modelos de gestão de pessoas no trabalho. Compromisso social e ético: desafios para o gestor. Processos de gestão de Pessoas: Políticas de atração, seleção e contratação, concursos e processos seletivos, Capacitação, treinamento, educação e aprendizagem; avaliação e análise de desempenho no campo de formação do aluno, remuneração e recompensas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DESSLER, Gary. **Administração de Recursos humanos**. 2. ed. São Paulo: Pearson Hall, 2003. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/470>. Acesso em: 12 de set. de 2024. PAIVA, Kely C. M. **Gestão de recursos humanos: teorias e reflexões**. Curitiba:

Intersaberes, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/177821>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
ROMERO, Sonia M.T.; COSTA e SILVA, Selma F.; KOPS, Lucia M. **Gestão de pessoas: conceitos e estratégias**. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3831>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CAPAVERTÉ, Caroline B.; OLIVEIRA, Livia P.; SCHEFFER, Angela B.B. Subjetividade e enfrentamento da morte: construindo gestão de pessoas na cotidianidade. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, v. 23, n. especial, p. 188-209. dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.171.63740>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
CORTEZ, Pedro A.; ZERBINI, T.; VEIGA, Heila M.S. Práticas humanizadas de gestão de pessoas e organização do trabalho: para além do positivismo e do dataísmo. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 17, n. 03. Julho/2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00215>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
PEQUENO, Álvaro. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/3015>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
RAPOSO, Clarissa Tenório Maranhão. A escravidão digital e a superexploração do trabalho: consequências para a classe trabalhadora. **Rev. Katálysis**, v.23, n.3., p. 510-518. set/dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p510> . Acesso em: 28 de fev. 2021.
TEIXEIRA, Juliane M. B. **Gestão de pessoas na administração pública: teorias e conceitos**. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/147878>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

GESTÃO DE MARKETING

Fundamentos do marketing integrado. Marketing digital do 1.0 a 4.0 Ética em marketing. Marketing social. Marketing voltado para as causas sociais. Marketing governamental. Mix de marketing social. Marketing de relacionamento. Bases para a elaboração de um plano de marketing. A sociedade do consumo: a construção de grupos identitários e a busca por inclusão e reconhecimento sociais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

FERREIRA JUNIOR, Achilles; AZEVEDO, Ney Queiroz de. **Marketing digital: uma análise do mercado 3.0**. Curitiba: Intersaberes, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/30493> Acesso em: 12 de set. de 2024..
KOTLER, Philip. **Administração de marketing**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/309> Acesso em: 05 Mar. 2021.
_____. **Princípios de marketing**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22443> Acesso em: 12 de

set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

MALHOTRA, Naresh K. **Introdução à pesquisa de marketing**. Tradutor Robert Brian Taylor. São Paulo: Prentice Hall, 2005. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/23> Acesso em: 12 de set. de 2024.

OGDEN, James. **Comunicação integrada de marketing: modelo prático para um plano criativo e inovador**. São Paulo: Prentice Hall, 2002. Disponível na biblioteca virtual: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/463/> Acesso em: 12 de set. de 2024.

PASTORE, Cristina Maria de Aguiar. **Gestão de marcas**. Curitiba: InterSaberes, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/158945/> Acesso em: 12 de set. de 2024.

RIBEIRO, Luciana (Org.). **Marketing social e comportamento do consumidor**. São Paulo: Pearson, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/26520> Acesso em: 12 de set. de 2024..

SOUZA, Milena Costa de. **Sociologia do consumo e indústria cultural**. Curitiba: InterSaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/114803> Acesso em: 12 de set. de 2024..

PROJETO INTERDISCIPLINAR III

Exercício de investigação, análise e sistematização do conhecimento científico de forma a promover a interdisciplinaridade. Aproximação sucessiva entre a teoria e a prática da gestão. A pesquisa nas ciências sociais aplicadas, na administração e nas organizações. Delineamentos metodológicos. Estudos de caso e análises de problemáticas da gestão no contexto brasileiro atual.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BAUER, Martin; GASKELL, George (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/149417>. Acesso em: 12 de set. de 2024..

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Campinas: Papirus, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3294>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

FIGUEIREDO, Nêbia Maria. **Método e metodologia na pesquisa científica**. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2008. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/159486/>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/358>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

DEMO, Pedro. **Metodologia da investigação em educação**. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6251>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

MARTINS JÚNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/149506>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

MIRANDA, Luiz Felipe. **Introdução histórica à filosofia das ciências**. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/41650/>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: Intersaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37394>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

QUARTO PERÍODO

GESTÃO DE OPERAÇÕES

Administração de operações: Conceito, fundamentos, estratégias e gestão de Processos; Gestão da cadeia de suprimentos: Conceito, visão sistêmica de suprimentos, produção, distribuição; Logística empresarial: Fundamentos e conceitos, atividades primárias e secundárias, modais de transporte, previsão de demanda, gestão de estoques e armazenagem, logística reversa, nível de serviço ao cliente, embalagem; Sistemas de Controle de operação organizacional: ERP e SIG; Gestão de compras e de fornecedores; Logística como fator de competitividade: desafios tendências e produção enxuta; Administração do patrimônio público: Conceitos, conteúdo, bens, função, modos de utilização, gestão dos recursos e inventário.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CHOPRA, Sunil., MEINDL, Peter. **Gestão da Cadeia de Suprimentos: Estratégia, Planejamento e Operações**. 6ª ed. São Paulo: Pearson, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/36873/>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

LAURINDO, Alisson M. **A logística na administração pública**: Conceitos e métodos. Curitiba: Intersaberes, 2014. <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/9036>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

LÉLIS, Eliacy C. **Administração de materiais**. São Paulo: Pearson, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/35823>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CARAVANTES, Geraldo Ronchetti; PANNO, Cláudia Caravantes; KLOECKNER, Mônica Caravantes. **Administração**: teorias e processo. São Paulo: Pearson, 2004. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/326/>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

CHOPRA, Sunil., MEINDL, Peter. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: estratégia,

planejamento e operações. São Paulo: Pearson, 2003. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/472/>. Acesso em: 12 de set. de 2024..

KRAJEWSKI, Lee; RITZMAN, Larry; MALHOTRA, Manoj. **Administração da Produção e Operações**. 8ª ed. São Paulo: Pearson, 2009. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/683>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

SELEME, Robson., Paula de A. **Logística: armazenagem e materiais**. Curitiba. Intersaberes: 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/174240>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

SUZANO, Márcio A. **Administração da produção e operações com ênfase em logística**. Rio de Janeiro. Interciência, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/41982>. Acesso em: 12 de set. de 2024..

FINANÇAS PÚBLICAS

Evolução das funções do Estado na economia. Políticas macroeconômicas com foco na Política Fiscal. Teoria das Finanças Públicas e os Princípios Teóricos das Finanças Públicas; bens públicos e recursos comuns: poder de mercado, informação assimétrica, externalidades, impostos, imposto de Pigou, tarifas, subsídios. Preços públicos. Receitas públicas: royalties; que são tributos (impostos, taxas e contribuições especiais e parafiscais); os principais tributos; reformas tributárias. Normas constitucionais de repartição de receitas, rendas transferidas, subsídios intergovernamentais e fundos de participação. Gasto público, limite com pessoal, precatórios e RPV. Finanças públicas no Brasil e a Lei de Responsabilidade Fiscal: equilíbrio fiscal e o teto de gastos da Emenda Constitucional 95/2016. Dívida pública (interna e externa) e alternativas de financiamento dos gastos públicos: títulos da dívida, garantias, contragarantias, limite do endividamento, controle da dívida na LRF e autonomia financeira dos entes federados. Federalismo Fiscal.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público**: uma abordagem introdutória. 6. ed. Rio de Janeiro: Gen, 2016.

SILVA, Fernando Antonio Rezende da. **Finanças públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo Roberto (Org.). **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CULPI, Ludmila Andrzejewski. **Economia do setor público**: uma análise crítica. Curitiba: Intersaberes, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/171277> Acesso em: 12 de set. de 2024..

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, c2001.

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **Economia e política das finanças públicas no Brasil**: um guia de leitura. São Paulo: Hucitec, 2009.
SANSON, João Rogério. **Teoria das finanças públicas**. 2. ed. Brasília: CAPES: UAB, 2012.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Funções administrativas. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. O regime jurídico-administrativo; a organização e independência político-administrativa entre os poderes. Os atos administrativos. Serviços, servidores públicos e mandato eletivo: cargo, emprego ou função; agentes públicos e políticos. Improbidade Administrativa. A responsabilidade civil do Estado. Processo Administrativo: espécies, objetivos, princípios e requisitos. Fases, extinção e recursos no processo administrativo. Processo administrativo disciplinar. Processo licitatório. Princípios, Definições, Compras, Alienações, Modalidades, Limites e Dispensa, Habilitação, Procedimento e Julgamento, Contratos, Alteração dos Contratos, Convênios. Práticas em licitações, contratos e convênios. O ordenador de despesas. Sanções Administrativas. Processo e Procedimento Judicial, Recursos administrativos relacionados as compras públicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

HIGA, Alberto Shinki; CASTRO, Marcos Pereira; OLIVEIRA, Simone Zanotello de. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Rideel, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182335> Acesso em: 12 de set. de 2024..
SILVA, Lauri Romário. **Direito Administrativo**. São Paulo: Editora Educ, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/26763> Acesso em: 12 de set. de 2024..
QUENEHEN, Rômulo. **Direito Administrativo no Setor Público**. São Paulo: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/184696> Acesso em: 12 de set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 25. ed. São Paulo, São Paulo: Atlas, 2012.
GLASSENAPP, Ricardo (organizador). **Introdução ao Direito**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22137/pdf/0>. Acesso em: 12 de set. de 2024..
HACK, Érico. **Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário**. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6161> Acesso em: 12 de set. de 2024..
MARRARA, Thiago. Princípios do Processo Administrativo. **Rev. Digital de Direito Administrativo**, v. 7, n. 1, p. 85-116, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/166131>. Acesso em: 12 de set. de 2024..
MEIRELLES, Hely Lopes; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito Administrativo**

brasileiro. 33. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2007.

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

Comportamento humanos nas organizações. Relação pessoas e grupo, Clima e Cultura, comunicação; motivação; liderança; diversidade humana nas organizações. Interações sociais nas equipes e nas organizações de trabalho. Abordagens da Mudança organizacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MENEGON, Letiucia F.; MORENO, André (orgs.) **Comportamento Organizacional** – 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182644>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/316>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Timothy A.; SOBRAL, F. **Comportamento Organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/1986>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

PASETTO, Salete V.; MESADRI, Fernando E. **Comportamento organizacional: integrando conceitos da administração e da Psicologia**. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/5986>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

SANTOS, Juliana N.; NEIVA, Elaine R.; ANDRADE-MELO Eleuni, A. Relação entre clima organizacional, percepção de mudança organizacional e satisfação do cliente. Brasília: **Psicologia: Teoria e pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 31-39. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722013000100005>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

SANTOS, Larissa C.; VÁSQUEZ, Oscar C. A pesquisa de clima organizacional como instrumento de suporte à avaliação nas instituições de ensino superior. Sorocaba: **Avaliação (Campinas)**, v.17, n.1, p. 43-63. Mar. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772012000100003>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

SOARES, Maria T.R.C (Org.). **Liderança e Desenvolvimento de equipes**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22161>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

WALGER, Carolina; VIAPIANA, Larissa; BARBOZA, Mariana M. (Orgs.). **Motivação e Satisfação no trabalho: em busca do Bem-estar de indivíduos e organizações**. Curitiba: Interfaces, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/22495>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Transformação contemporânea da sociedade com o uso das tecnologias de informação e comunicação. Inovação, tecnologia, desenvolvimento. Conceitos de dado, informação e

conhecimento. Paradigmas tecno-econômicos. Sistemas de informação. Tipos de sistemas. Sistemas de apoio à tomada de decisão. As tecnologias. Gestão do conhecimento. Ciência, inovações tecnológicas e a sociedade. Indicadores de pesquisa e desenvolvimento em gestão. Processos decisórios: rigor técnico na tomada de decisões em contextos diversificados e interdependentes.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALBUQUERQUE, Jader Cristiano Magalhães de. **Sistemas de informação e comunicação no setor público**. 2. ed. Brasília: CAPES: UAB, 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide V. Majer. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de informações gerenciais: estratégias, táticas, operacionais**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ARAUJO, Marcelo Henrique de; REINHARD, Nicolau; CUNHA, Maria Alexandra. Serviços de governo eletrônico no Brasil: uma análise a partir das medidas de acesso e competências de uso da internet. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 4, p. 676-694, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v52n4/1982-3134-rap-52-04-676.pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de (Org.). **Gestão do conhecimento**. São Paulo: Pearson, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3278>. Acesso em: 22 fev. de 2021.

ELEUTÉRIO, M. A. M. **Sistemas de informações gerenciais na atualidade**. Curitiba: Intersaberes, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/31402>. Acesso em: 05 set. 2024.

KON, Anita. Inovação nos serviços públicos: condições da implementação do governo eletrônico. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 52, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/985/517>. Acesso em: 12 de set. de 2024..

LAUDON, KENNETH C.; LAUDON, JANE P. **Sistemas de informação gerenciais**, 11. ed. São Paulo: Pearson, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/22448>. Acesso em: 05 set. 2024.

PROJETO INTERDISCIPLINAR IV

Exercício de investigação, análise e sistematização do conhecimento científico de forma a promover a interdisciplinaridade. Aproximação sucessiva entre a teoria e a prática da gestão. Aperfeiçoamento de saberes da prática científica e da concepção de ciência, de saber científico e da historicidade da ciência. Projetos científicos práticos e aplicados. Resultados e produtos da pesquisa acadêmica. Ética na pesquisa científica. Estudos empíricos e estudo de caso e multicasos. Tripé universitário e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/358/>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. Campinas: Papirus, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3294>. Acesso em: 12 de set. de 2024..

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/54223>. Acesso em: 12 de set. de 2024..

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CAPUTO, João Carlos. **Tópicos em epistemologia**. Curitiba: Intersaberes, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/176305>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

DEMO, Pedro. **Metodologia da investigação em educação**. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6251>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

FIGUEIREDO, Nébia Maria. **Método e metodologia na pesquisa científica**. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2008. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/159486>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

MARTINS, Vanderlei; MELLO, Cleyson de Moraes. **Metodologia científica**: fundamentos, métodos e técnicas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37837>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

MIRANDA, Luiz Felipe. **Introdução histórica à filosofia das ciências**. Curitiba: InterSaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/41650>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

LIBRAS

A natureza visual-espacial da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Conceitos referentes à área da Surdez. Abordagem das Filosofias Educacionais (Oralismo/ Comunicação Total/ Bilinguismo) referentes à educação de pessoas com deficiências auditivas. Parâmetros Linguísticos. Sinais temáticos contextualizados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; SANTOS, Lara Ferreira dos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de (orgs.). **Libras**: aspectos fundamentais. Curitiba: Intersaberes, 2019.

Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/169745>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha (org.). **Libras**: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/2658>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

SANTANA, Ana Paula. **Surdez e linguagem**: aspectos e implicações neurolinguísticas. 5. ed. São Paulo: Summus, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177963>. Acesso em: 12 de set. de 2024..

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALMEIDA, WG., org. Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, 197 p. ISBN 978-85-7455-445-7.

<https://static.scielo.org/scielobooks/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457.pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

BAGGIO, Maria Auxiliadora; NOVA, Maria da Graça Casa. **Libras**. Curitiba: Intersaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/129456>. Acesso em: 01 de mar. de 2021. Acesso em: 12 de set. de 2024.

DIAS, Rafael (org.). **Língua brasileira de sinais**: libras. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/35534>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

LUCESI, Maria Regina. **Educação de pessoas surdas**: experiências vividas, histórias narradas. Campinas: Papirus, 2012. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3299>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185650>. Acesso em: 12 de set. de 2024..

TEMAS CONTEMPORÂNEOS

Ementa e referências variáveis que tratem de assuntos contemporâneos relacionados especificamente ao curso. Seu conteúdo é flexível e envolve mudanças na legislação, assuntos contemporâneos não previstos nas disciplinas obrigatórias do curso ou assuntos que foram debatidos a título introdutório ao longo da formação e que aqui serão aprofundados. A título ilustrativo, o aprofundamento sobre o plano diretor e/ou a gestão em setores específicos (saúde, educação, segurança e outros) são algumas das situações que cabem nessa disciplina, não se restringindo apenas a estes.

GESTÃO AMBIENTAL

Meio ambiente, sustentabilidade e intervenção humana: Relações entre homem e meio ambiente. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: conceitos, dilemas e desafios. Fundamentos históricos e atuais perspectivas teóricas da educação ambiental. Movimentos,

discussões e pactos globais e seus resultados e metas. Aproximação com legislação, certificação e marcos regulatórios. Agenda XXI. Questões ambientais globais: países desenvolvidos e em desenvolvimento. Impactos ambientais resultantes da gestão pública. Políticas de educação ambiental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

ALENCASTRO, Mario Sergio Cunha. **Ética empresarial na prática: liderança, gestão e responsabilidade corporativa**. 2 ed. InterSaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/42574>. Acesso em: 05 set. 2024.

ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C.; PHILIPPI Jr. A. **Curso de gestão ambiental**. Barueri: Manole, 2004.

SERPEK, Paulo. **Responsabilidade social e competência interpessoal**. 2 ed. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/5534>. Acesso em: 05 set. 2024

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ALENCASTRO, M. S. C. ; ALVES, O. F. **Governança, gestão responsável e ética nos negócios**. 1. ed. Curitiba: Editora InterSaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/52000>. Acesso em: 05 set. 2024.

BADR, Eid *et al.* Educação Ambiental, conceitos, histórico, concepções e comentários à lei da Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99): **Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da UEA**: mestrado em Direito Ambiental / Org. Ed Badr. Vários autores – Manaus: Editora Valer, 2017. Disponível em: <http://www.pos.uea.edu.br/data/area/livrospub/download/2-1.pdf>>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. Segurança do trabalho & gestão ambiental. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2019. Disponível em: [https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597018752/epubcfi/6/2\[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover\]/4/2/2%4051:42](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597018752/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]/4/2/2%4051:42). Acesso em: 05 set. 2024.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do humano, compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CONSULTORIA ORGANIZACIONAL

Consultoria organizacional: conceito, história, tipos, demandas e razões de contratação. Diferenciação entre assessoria e consultoria. Semelhanças e diferenças entre consultoria interna e externa. Consultoria interna: definição, objetivos e implantação. O perfil e atuação do consultor: qualificação, abrangência, relação com o contratante e a ética profissional. Diagnóstico organizacional: conceitos, características e propriedades.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

4.8.3.1 CUNHA, Jeferson Luis Lima. **Consultoria Organizacional**. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/9963/>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

ROBBINS, Stephen P.; JUDGE, Tim; SOBRAL, F. **Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1986/>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

SOUZA, Ovanildo G. de. **Consultoria empresarial**. São Paulo: Pearson, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/35791>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CZAJKOWISK, Adriana. MULLER, Rodrigo. OLIVEIRA, Vanderleia S. de. **Construindo relacionamentos no contexto organizacional**. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177825>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

HALL, Richard H. **Organizações: estruturas, processos e resultados**. 8. ed. São Paulo: Pearson, 2004. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/394>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

MENEGON, Letícia F, MORENO, André. **Comportamento organizacional**. 2ª ed. São Paulo: Pearson, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/182644>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

VOSS, Ane. **Assessoria, consultoria e avaliação de serviços, programas e projetos sociais**. Curitiba: Intersaberes, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177671>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

ROBBINS, Stephen Paul. **Fundamentos do comportamento organizacional**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2004. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/439>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

JOGOS DE EMPRESAS

Jogos de empresas: aplicação, definição, simulação, características fundamentais, tipos, estruturação, aplicação e o papel do facilitador. Jogo simulado e jogo de empresa. Vitalizadores. Ciclo da Aprendizagem Vivencial – CAV e sua importância.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

GRAMIGNA, Maria R. **Jogos de Empresa**. 2. ed. São Paulo: Pearson, 2007. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/16>. Acesso em: 05 set. 2024.

MIRANDA, Simão. **Novas dinâmicas para grupos: a aprendizagem do conviver**. Campinas: Papirus, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/14861>. Acesso em: 05 set. 2024.

SILVA, Rosinda A.; FRANCO, Paulo R. **Jogos de empresas: fundamentos para competir**. Curitiba: Intersaberes, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/160329>. Acesso em: 05 set. 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

- BOOG, Gustavo G.; BOOG, Magdalena (coord.). **Manual de Treinamento e Desenvolvimento: processos e operações**. v. 2. 6. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil. 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3822>. Acesso em: 05 set. 2024.
- FAILDE, Izabel. **Manual do facilitador para dinâmicas de grupo**. Campinas: Papirus, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/4159>. Acesso em: 05 set. 2024.
- GRAMIGNA, Maria R. **Jogos de Empresa e Técnicas Vivenciais**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/392>. Acesso em: 05 set. 2024.
- MAYER, Canísio. **O poder de transformação: dinâmicas de grupo**. Campinas: Papirus, 2007. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Loader/3301>. Acesso em: 05 set. 2024.
- MRTVI, Valdete de Oliveira et al. **Jogos de empresas: abordagens ao fenômeno, perspectivas teóricas e metodológicas**. Revista de Administração Contemporânea - RAC, v. jan./fe 2017, n. 1, p. 19-40, 2017 <https://www.scielo.br/j/rac/a/jcrbX55jx6BdXhJZPHmD7tg#>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

GESTÃO SOCIAL E REDES

Gestão social na perspectiva do desenvolvimento local e das redes sociais. Novas tecnologias sociais e as estratégias de gestão social: Autogestão, Cogestão, Gestão Participativa e Heterogestão. Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade Humana. Organização socioespacial dos territórios da cidade e os processos de construção das identidades. Participação coletiva na configuração e construção do território e na formação das redes sociais. Inovações Sociais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- MONTAÑO, C., DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

- DIAS, Maria Tereza F. **Terceiro Setor e Estado: legitimidade e regulação: por um novo marco jurídico**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilização civis no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. **O Brasil: território e sociedade no**

início do século XXI. São Paulo, Editora Record, 2001.
SCHILLER, Maria Cristina Ortigão Sampaio. **Inovação, Redes, Espaço e Desenvolvimento**. Editora E-papers, 2008.
OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Administração pública, concessões e terceiro setor**. 2.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GESTÃO DE CONFLITOS

O Conflito. Estratégias e formas de resolução. Habilidades sociais e comportamentais para resolução de conflitos. Gestão de conflitos como instrumento de gestão e liderança de equipes. A importância da comunicação. Negociação: conceito, princípios e métodos. Conciliação, mediação e arbitragem: conceito, princípios, distinções e métodos. Gestão de Conflitos nas organizações. Gestão de conflitos na Administração Pública. Administração concertada ou consensual.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e arbitragem**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184109>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
GARBELINI, Viviane Maria Penteado. **Negociação e conflitos**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2016. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/37447>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
SANTOS, Mayta Lobo dos. **Resolução de conflitos: dialogando com a cultura da paz e o modelo multiportas**. Curitiba: Intersaberes, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184964> Acesso em: 12 de set. de 2024..

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

KAMEL, Antoine Youssef. **Mediação e arbitragem**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2017. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/147874/pdf/0>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
LUCHMANN, Júlio César. **Neurociência aplicada à gestão de conflitos: negociação e mudanças**. Curitiba: Editora Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185725/pdf/0>. Acesso em: 12 de set. de 2024..
NERY, Maria da Penha. **Grupos e intervenção de conflitos**. São Paulo: Ágora, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/49572/epub/0>. Acesso em: 12 de set. de 2024.
SARTORI, Maria Betania Medeiros. **Resolução de conflitos**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184020>. Acesso em: 05 set. 2024.
VASQUEZ, Enzo Fiorelli (organizador). **Técnicas de negociação e comunicação**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22119/pdf/0>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

MINORIAS SOCIAIS E DIVERSIDADES

Gênero e patriarcado. Noções das teorias e epistemologias feministas. Movimento idosos e políticas públicas. Pessoas com deficiência e acessibilidade. Movimento negro e feminismo negro. Diversidade religiosa. Etnia, xenofobia, refugiados e expatriados. Debates sobre a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Outras Diversidades.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

AMÉRICO JÚNIOR, Elston; RADVANSKEI, Iziqel Antônio. **Estudo das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/186412/> Acesso em: 12 de set. de 2024..

CARVALHO, Ana Paula Comin. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Intersaberes, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/3241>. Acesso em: 12 de set. de 2024..

VASCONSELOS, Pedro de Almeida. **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/4146>. Acesso em: 12 de set. de 2024..

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

CULPI, Ludmila Andrzejewski. **Estudos migratórios**. Curitiba: Contentus, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/184176>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

PERONDI, Mauricio. **Infâncias, adolescências e juventudes na perspectiva dos direitos humanos: onde estamos? Para onde vamos?** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2018. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/180918>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

RAMACCIOTTI, Barbara Lucchesi; CALGARO, Gerson Amauri. Construção do conceito de minorias e o debate teórico no campo do Direito. Sequência (Florianópolis), v. 42, n. 89, p. e72871, 2021 <https://www.scielo.br/j/seq/a/BLwwNgTCLH78vk7HHvhhxzs/> Acesso em: 12 de set. de 2024.

SALLES, Raquel Bellini; PASSOS, Aline Araújo; LAGE, Juliana Gomes. **Direito, vulnerabilidade e pessoa com deficiência**. Rio de Janeiro: Processo, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/185310>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

SANTOS, Wenderson Rufino. Pessoas com Deficiência: nossa maior minoria. Revista de Saúde Coletiva, v. 18, n. 3, p. 501–519, 2008. p. 501-519. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v18n3/v18n3a08.pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

DIREITO TRIBUTÁRIO

CF, CTN e subordinação entre as normas tributárias. Princípios tributários. Repartição de

competências: bitributação e limitações ao Poder de tributar. Obrigação principal e acessória, fato gerador, base de cálculo e alíquota. Sujeito ativo, passivo, contribuinte, responsável, solidariedade. Domicílio, Guerra Fiscal e CONFAZ. Lançamento do crédito, arrecadação, recolhimento, dívida ativa e CND. Garantias e privilégios (inclusive na falência e concordata). Prescrição e decadência. Suspensão e extinção. Fiscalização: abrangência e limite. Sigilo fiscal. Elisão, evasão e medidas antielisivas. Ilícito, infração, crimes tributários, sanções compensatórias e punitivas. Processo Tributário Administrativo, arrolamento de bens, adjudicação e dação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

GLASENAPP, Ricardo. **Direito tributário**; 2ª ed. Pearson, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/150789>. Acesso em: 26 de fev. de 2021.

HACK, Érico. **Direito tributário brasileiro**. 1º Ed. São Paulo: Intersaberes, 2015. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/30473> Acesso em: 12 de set. de 2024..

MATTHES, Rafael. **Manual de Direito Tributário**. 2ª ed. São Paulo: Rideel, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/186391> Acesso em: 12 de set. de 2024.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

GLASSENAPP, Ricardo (organizador). **Introdução ao Direito**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/22137/pdf/0>. Acesso em: 12 de set. de 2024..

HACK, Érico. **Noções preliminares de direito administrativo e direito tributário**. Curitiba: InterSaberes, 2013. Disponível em <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/6161> Acesso em: 12 de set. de 2024.

HARADA, Kiyoshi; HARADA, Marcelo Kiyoshi. **CTN Comentado Artigo por Artigo**. 4. ed. - São Paulo: Rideel, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Acervo/Publicacao/182488>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

LIMA, Emanuel Marcos; REZENDE, Amaury Jose. Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da Curva de Laffer. *Interações (Campo Grande)*, v. 20, p. 239-255, 2019. <https://www.scielo.br/j/inter/a/ttZkLzk7qdnmxZjQL7Yq8Qp/> Acesso em: 12 de set. de 2024.

NIARADI, George (organizador). **Direito Empresarial**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2019. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/177790/pdf/0>. Acesso em: 05 set. 2024.

GESTÃO DIGITAL E GOVERNO ELETRÔNICO

Governo eletrônico: conceitos, evolução e objetivos. Sociedade da Informação: políticas

públicas e governo eletrônico. Democracia e internet: inclusão, exclusão, cidadania digital. Mecanismos de participação e representação digital. Governança eletrônica. A prestação de serviços em rede: critérios de qualidade na gestão de dados, avaliação de plataformas digitais governamentais. Indicadores de e-gov, integração de bancos de dados e tomada de decisão. Lei geral de proteção de dados (LGPD).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GARCIA, Lara Rocha; AGUILLERA-FERNANDES, Edson.; GONÇALVES, Rafael Augusto Moreno; PEREIRA-BARRETO, Marcos Ribeiro. **Lei Geral de Proteção de Dados (LGP D):** guia de implantação. São Paulo: Blucher, 2020. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/183221>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no setor público brasileiro:** TIC governo eletrônico 2019. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20200707094309/tic_governo_eletronico_2019_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 12 de set. de 2024..

VAZ, José Carlos. Transformações tecnológicas e perspectivas para a gestão democrática das políticas culturais. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 22, n. 71, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/cgpc.v22n71.63284>. Acesso em: 12 de set. de 2024..

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Marcelo Henrique de; REINHARD, Nicolau; CUNHA, Maria Alexandra. Serviços de governo eletrônico no Brasil: uma análise a partir das medidas de acesso e competências de uso da internet. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 4, p. 676-694, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v52n4/1982-3134-rap-52-04-676.pdf>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

CRISTÓVAM, José Sérgio da Silva; SAIKALI, Lucas Bossoni; SOUSA, Thanderson Pereira de. Governo digital na implementação de serviços públicos para a concretização de direitos sociais no Brasil. Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos, v. 41, n. 84, p. 209–242, 2020. <https://www.scielo.br/j/seq/a/f9mk84ktBCQJFzc87BnYgZv/> Acesso em: 12 de set. de 2024.

FUGINI, M. G.; MAGGIOLINI, P.; PAGAMICI, B. **Por que é difícil fazer o verdadeiro Governo Eletrônico?** Revista Produção, v. 15, n. 3, Set./Dez. 2005, p. 300-309. Traduzido por Clovis Alvarenga. <https://www.scielo.br/j/prod/a/GJsf88z59TRXfFSjgZMvdYx/?lang=pt> Acesso em: 12 de set. de 2024.

KON, Anita. Inovação nos serviços públicos: condições da implementação do governo eletrônico. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 52, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/985>. Acesso em: 12 de set. de 2024..

PEREIRA, Sidinei Aparecido. Governança na Administração Pública: Estudo de caso sobre a Nota Fiscal Eletrônica–NF-e. **Revista Razão Contábil & Finanças**, v. 5, n. 1, 2014. Disponível em: <http://institutoateneu.com.br/ojs/index.php/RRCF/article/view/37/121>. Acesso em: 12 de set. de 2024.

5 REFERÊNCIAS PROJETO DO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

BRASIL. Catálogo Nacional dos Cursos superiores de Tecnologia de 2016 do Ministério da Educação. (CNCST). Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/seb-1/pdf/catalogo_cnct/CNCST__2016_a.pdf. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. DECRETO Nº 12.456, DE 19 DE MAIO DE 2025. Dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12456.htm. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. DECRETO Nº 42.235, de 03 DE JANEIRO DE 2002. Credencia o Instituto Superior de Educação Dona Itália Franco, de Barbacena, com autorização de funcionamento do Curso Normal Superior (Formação de Professores para os anos iniciais do Ensino Fundamental), a ser mantido, como curso fora da sede, no Município de Barbacena, pela UEMG, Capital. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/42235/2002>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. DECRETO Nº 48.402, DE 07 DE ABRIL DE 2022. Altera o Decreto nº 47.389, de 23 de março de 2018, que dispõe sobre o Programa Estadual de Assistência Estudantil – PEAES. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/48402/2022/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. Decreto nº 48.746, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023. Estabelece as finalidades, competências e descrições das unidades administrativas da Universidade do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/48746/2023/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. LEI Nº22.570, DE 05 DE JULHO DE 2017. Dispõe sobre as políticas de democratização do acesso e de promoção de condições de permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/22570/2017/?cons=1>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. LEI Nº22.929, DE 12 DE JANEIRO DE 2018. Altera a Lei nº 18.974, de 29 de junho de 2010, que estabelece a estrutura da carreira estratégica de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e altera as tabelas de vencimento das carreiras policiais civis de que trata a Lei Complementar nº 84, de 25 de julho de 2005, e dá outras providências. Disponível em:

<https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/22929/2018/?cons=1>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. LEI Nº 11.539, DE 22 DE MAIO DE 1994. Dispõe sobre a Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/11539/1994/?cons=1>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. LEI Nº 20.807, DE 26 DE JULHO DE 2013. Dispõe sobre a absorção das fundações educacionais de ensino superior associadas à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, de que trata o inciso I do § 2º do art. 129 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado e dá outras providências. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/20807/2013/?cons=1>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. LEI Nº 24.786, DE 06 DE JUNHO DE 2024. Institui o Sistema Estadual de Atendimento Integrado à Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo no âmbito do Estado. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/24786/2024/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PORTARIA Nº 1.402, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2017. Fica credenciada a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) para oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Diário Oficial da União: Publicado em: 07/11/2017. Edição: 213, Seção: 1. Página: 33. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1-402-de-6-de-novembro-de-2017-19398717>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. PORTARIA Nº 1.369, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2010. Credencia Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília: DOU - Diário Oficial da União. Publicado no DOU de 08 de dezembro de 2010, Seção I, pág. 8. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/23672847/pg-8-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-12-2010>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. PORTARIA Nº 514, DE 4 DE JUNHO DE 2024. Aprova a 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia - CNCST e a incorporação de Áreas Tecnológicas aos Eixos Tecnológicos do CNCST e do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-514-de-4-de-junho-de-2024-563764290>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 5 DE JANEIRO DE 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 jul. 2025.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em:

<https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 15 DE JUNHO DE 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 29 jul. 2025.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201. Disponível em:

https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105102-rces007-18&Itemid=30192. Acesso em: 29 jul. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. RESOLUÇÃO NORMATIVA CFA Nº 649, DE 28 DE MAIO DE 2024. Aprova o regulamento de registro do sistema CFA/CRA's.

Disponível em: <https://documentos.cfa.org.br/?c=documento&a=show&id=951>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MINAS GERAIS. [Constituição Estadual (1989)]. Constituição do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2024. Disponível em:

<https://www.tjmg.jus.br/data/files/D3/24/D7/B7/8FC5A5103B71C5A5480808A8/Constituicao%20Estadual%20-%20atual.%2006.02.2017.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2025.

MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO CEE Nº 482, DE 08 DE JULHO DE 2021. Estabelece normas relativas à regulação da Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1WwTLzzjrx0-8tmnPC_RJDLN34oksCkiF/view. Acesso em: 28 jul. 2025.

MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO CEE Nº 490, DE 26 DE ABRIL DE 2022. Dispõe sobre os princípios, os fundamentos, as diretrizes e os procedimentos gerais para a Integralização da Extensão nos Currículos dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação Lato Sensu no Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1P3C1qsp1suwJeWIS9vcp9HrnOgCysKPh/view>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO SEE Nº5010, DE 10 DE MAIO DE 2024. Recredenciamento da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, cuja sede administrativa está localizada no Município de Belo Horizonte. Diário executivo. Belo Horizonte: 11 de maio de 2024. pág. 32. Disponível em: <https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/index.php?dataJornal=2024-05-11>. Acesso em 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 132/2013. Regulamenta a implantação do regime de matrícula por disciplina nos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e institui procedimentos e limites para matrícula. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/4209-resolucao-coepe-uemg-n-132-2013-regulamenta-a-implantacao-do-regime-de-matricula-por-disciplina-nos-cursos-de-graduacao-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais-uemg-e-institui-procedimentos-e-limites-para-matricula>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 284, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2020. Regulamenta a composição e o funcionamento dos Núcleos Docentes Estruturantes –NDEs no âmbito de cada curso de graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Disponível em: <http://www.uemg.br/resolucoes-coepe/5352-resolucao-coepe-uemg-n-284-de-11-de-dezembro-de-2020-regulamenta-a-composicao-e-o-funcionamento-dos-nucleos-docentes-estruturantes-ndes-no-ambito-de-cada-curso-de-graduacao-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais-uemg>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 250, DE 06 DE ABRIL DE 2020. Dispõe sobre o aproveitamento de estudos, adaptações curriculares, exame de proficiência e abreviação do tempo de conclusão no âmbito dos cursos de graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/4135-resolucao-coepe-uemg-n-250-de-06-de-abril-de-2020-dispoe-sobre-o-aproveitamento-de-estudos-adaptacoes-curriculares-exame-de-proficiencia-e-abreviacao-do-tempo-de-conclusao-no-ambito-dos-cursos-de-graduacao-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 249, DE 06 DE ABRIL DE 2020. Regulamenta a compensação de faltas e a avaliação de rendimento acadêmico no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG e dá outras providências. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/4134-resolucao-coepe-uemg-n-249-de-06-de-abril-de-2020-regulamenta-a-compensacao-de-faltas-e-a-avaliacao-de-rendimento-academico-no-ambito-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais-uemg-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 305, DE 21 DE JUNHO DE 2021. Institui e regulamenta o Programa de Ensino em Monitoria Acadêmica no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/6855-resolucao-coepe-uemg-n-305-de-21-de-junho-de-2021-institui-e-regulamenta-o-programa-de-ensino-em-monitoria-academica-no-ambito-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais>. Acesso em 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 323, DE 28 DE OUTUBRO DE 2021. Dispõe sobre a abordagem curricular de conteúdos transversais em Gestão e Inovação nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UEMG. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/8135-resolucao-coepe-uemg-n-323-de-28-de-outubro-de-2021-dispoe-sobre-a-abordagem-curricular-de-conteudos-transversais-em-gestao-e-inovacao-nos-projetos-pedagogicos-dos-cursos-de-graduacao-da-uemg>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 451, DE 01 DE MARÇO DE 2024. Altera a Resolução COEPE/UEMG Nº 273, de 21 de julho de 2020, que regulamenta a composição e o funcionamento dos Colegiados de Curso de Graduação e estabelece normas complementares para a criação de Departamentos Acadêmicos na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/15602-resolucao-coepe-uemg-n-451-de-01-de-marco-de->. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO CONUN/UEMG Nº 453, DE 03 DE ABRIL DE 2020. Dispõe sobre a Política de Formação e Desenvolvimento do Acervo da Rede de Bibliotecas da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. Disponível em: <https://uemg.br/resolucoes-conun/4120-resolucao-conun-uemg-n-453-de-03-de-abril-de-2020-dispoe-sobre-a-politica-de-formacao-e-desenvolvimento-do-acervo-da-rede-de-bibliotecas-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais-uemg>. Acesso em: 28 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO CONUN/UEMG Nº 419, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018. Cria a Comissão Própria de Avaliação - CPA e estabelece suas atribuições e condições de funcionamento. Disponível em: <https://uemg.br/resolucoes-conun/1547-resolucao-conun-uemg-n-419-de-21-de-dezembro-de-2018-cria-a-comissao-propria-de-avaliacao-cpa-e-estabelece-suas-atribuicoes-e-condicoes-de-funcionamento>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO CONUN/UEMG Nº 448, de 03 DE ABRIL DE 2020. Dispõe sobre a criação e organização do Programa Institucional de Bolsas para Mobilidade Internacional da Universidade do Estado de Minas Gerais – PIBMI/UEMG para estudantes em intercâmbio fora do país. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-conun/4116-resolucao-conun-uemg-n-448-de-03-de-abril-de-2020-dispoe-sobre-a-criacao-e-organizacao-do-programa-institucional-de-bolsas-para-mobilidade-internacional-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais-pibmi-uemg-para-estudantes-em-intercambio-fora-do-pais>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO CONUN/UEMG Nº 510 DE 20 DE AGOSTO DE 2021. Fixa no âmbito da UEMG o valor do auxílio de Inclusão Digital referente ao Programa de Assistência Estudantil para Inclusão Digital, nos termos do art. 4º, inciso V, do Decreto Estadual nº 47.389, de 23 de março de 2018. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-conun/7452-resolucao-conun-uemg-n-510-de-20-de-agosto-de-2021-fixa-no-ambito-da-uemg-o-valor-do-auxilio-de-inclusao-digital-referente-ao-programa-de-assistencia-estudantil-para-inclusao-digital-nos-termos-do-art-4-inciso-v-do-decreto-estadual-n-47-389-de-23-de-marco-de-2018>. Acesso: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO CONUN/UEMG Nº 631, DE 19 DE JULHO DE 2024. Aprova a distribuição de vagas para ingresso de discentes na Universidade do Estado de Minas Gerais para o ano de 2025. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-conun/16662-resolucao-conun-uemg-n-631-de-19-de-julho-de-2024-aprova-a-distribuicao-de-vagas-para-ingresso-de-discentes-na-universidade-do-estado-de-minas-gerais-para-o-ano-de-2025>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO CONUN/UEMG Nº 628, DE 22 DE ABRIL DE 2024. Cria o Programa de Bolsa para Povos e Comunidades Tradicionais no âmbito da Universidade do Estado de Minas Gerais e fixa valores. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-conun/16051-resolucao-conun-uemg-n-628-de-22-de-abril-de-2024-cria-o-programa-de-bolsa-para-povos-e-comunidades-tradicionais-no-ambito-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais-e-fixa-valores>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO UEMG/COEPE Nº 287 DE 04 DE MARÇO DE 2021. Dispõe sobre o desenvolvimento de atividades de extensão como componente curricular obrigatório dos Cursos de Graduação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/5822-resolucao-uemg-coepe-n-287-de-04-de-marco-de-2021-dispoe-sobre-o-desenvolvimento-de-atividades-de-extensao-como-componente-curricular-obrigatorio-dos-cursos-de-graduacao-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINHAS GERAIS. Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI – 2023 / 2027), 2023. Disponível em: <https://www.uemg.br/component/phocadownload/category/2352-plano-de-desenvolvimento-institucional-2023-2027>. Acesso em: 28 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINHAS GERAIS. RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 223/2017. Regulamenta a criação, organização e funcionamento de Empresa Júnior na UEMG. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-coepe/1388-resolucao-coepe-uemg-n-223-2017-regulamenta-a-criacao-organizacao-e-funcionamento-de-empresa-junior-na-uemg>. Acesso em: 29 jul. 2025.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINHAS GERAIS. RESOLUÇÃO CONUN/UEMG Nº 374, DE 26 DE OUTUBRO 2017. Estabelece o Regimento Geral da Universidade do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.uemg.br/resolucoes-conun/1776-resolucao-conun-uemg-n-374-017-de-26-de-outubro-2017-estabelece-o-regimento-geral-da-universidade-do-estado-de-minas-gerais>. Acesso em: 29 jul. 2025.

APÊNDICE I – Regulamentação do Projeto Interdisciplinar

A previsão da disciplina de Projeto Interdisciplinar no Projeto Pedagógico do Curso se justifica nos termos da Resolução CNE/CP n. 1/2021. Nesse sentido, o projeto interdisciplinar é um componente basilar do curso, mais que um componente curricular obrigatório, dividido em 4 disciplinas ao longo do curso, o projeto se apresenta como um processo de construção coletiva de iniciativas que propiciam o desenvolvimento de um grupo de competências relevantes para atuação acadêmica e profissional dos envolvidos. Além disso, o projeto interdisciplinar auxilia na constante aproximação entre a teoria e a prática, além da possibilidade de concretização do relacionamento entre os componentes do tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão.

Assim, trata-se de uma proposta de integração de conhecimentos, considerando e respeitando as especificidades disciplinares, mas, ao mesmo tempo, criando reflexão acerca dos espaços de interseção entre os campos disciplinares e se debruçando sobre a prática acadêmica e científica, no intuito de superar as fronteiras e compreender o conhecimento de forma mais global, holística e multidimensional.

Para isso, é necessário que o corpo discente e docente encontre espaços onde o pensamento interdisciplinar seja incentivado, por meio de atividades e processos colaborativos e de uma atitude investigativa e crítica frente aos desafios e mudanças da área da gestão, onde possam refletir e se aprofundar em temas atuais e complexos da gestão pública.

Nesse sentido, podemos elencar como sendo os princípios formadores do Projeto Interdisciplinar:

- a) Formação humana e cidadã: a prática do projeto interdisciplinar visa desenvolver um conjunto de competências relativas ao curso e previstas no PPC, competências essas que compõe o perfil do egresso e o percurso formativo proposto pela matriz curricular, mas também colaborando na formação humana e cidadã dos envolvidos no processo.
- b) Atitude crítica, reflexiva e investigativa: outro componente importante é o estabelecimento de uma postura crítica, reflexiva e investigativa frente à realidade complexa e multifatorial que se apresenta no estudo e no exercício da gestão.
- c) Autonomia discente: os docentes atuam como mediadores no processo de

desenvolvimento do projeto interdisciplinar, de forma que os discentes possam desenvolver sua autonomia frente aos processos investigativos e aos processos decisórios.

d) Trabalho em Equipe: o incentivo para que discentes realizem o processo de forma colaborativa, de modo que o aprendizado ocorra de maneira dialógica e nas interações entre os discentes e objetos de análise escolhidos e também entre os sujeitos envolvidos no projeto. Assim, espera-se que seja desenvolvido e aprimorado o compartilhamento de ideias, de conhecimentos, de estratégias, além da dimensão social e afetiva.

Por todo o exposto, o desenvolvimento do Projeto Interdisciplinar pode ser dividido em fases, distribuídos entre os quatro semestres do curso:

1. Identificar temática e problema contemporâneo e de relevância para a área do curso
2. Planejar recursos que serão despendidos com a realização do projeto
3. Discutir sobre o estado da arte subjacente à temática e problema escolhido
4. Articular conhecimentos e práticas concernentes à área de forma a subsidiar análise, diagnóstico e aporte teórico e metodológico para resolução da problemática identificada
5. Elaborar hipóteses e possíveis respostas e/ou soluções teóricas e/ou práticas para a problemática escolhida
6. Apresentar um produto final, resultado das reflexões, análises e discussões sobre o tema e problema identificado

O processo do projeto interdisciplinar deve se materializar em um produto/resultado final de acordo com a concepção teórico-metodológica proposta pelo professor responsável pela disciplina. Desse modo, o produto final pode assumir formatos diversificados, entre eles:

- a) Texto escrito de caráter científico e acadêmico, como artigo, TCC, resumo expandido, relatórios de pesquisa, casos de ensino, entre outros.
- b) Texto escrito com caráter científico e acadêmico, mas em formatos para divulgação ampla, como: manuais, cartilhas, reportagens, textos para mídias e/ou similares.
- c) Texto escrito com caráter científico e acadêmico, mas que contemplem outras dimensões do tripé universitário, como: propostas de projetos de extensão.

- d) Texto escrito com embasamento teórico-científico, mas sem necessariamente atender a uma estrutura padrão de publicação, como: diagnósticos, projetos de empreendedorismo, planos de ação etc.
- e) Produtos não predominantemente escritos, com predominância de áudio, imagem e/ou tridimensionais, como vídeos, *pitches*, fotografias, portfólios, exposições, entre outros.
- f) Produtos materializados em práticas e realização de eventos, como: empresas simuladas, assessorias e consultorias, palestras, cursos, eventos, mesas redondas, debates, júri simulado e/ou similares.
- g) Produtos consequência de projetos de pesquisa, mas materializados em atividades práticas, como: imersão no campo de estudo, estudos de caso, visitas técnicas etc.
- h) Produtos de caráter inovador e tecnológico, como: desenvolvimento de softwares, aplicativos, patentes, entre outros.

APÊNDICE II - Regulamento de atividades de extensão dos cursos superiores presenciais da Unidade Acadêmica de Barbacena - Instituto Superior de Educação “Dona Itália Franco” Barbacena

1. O presente regulamento disciplina o cumprimento das Atividades de Extensão previstas na Estrutura Curricular dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores de Tecnologia oferecidos pela Unidade Acadêmica de Barbacena - Instituto Superior de Educação “Dona Itália Franco” Barbacena
2. As atividades de extensão são iniciativas de autonomia dos discentes, concomitantes às demais atividades acadêmicas, desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso e validadas semestralmente. Essas atividades têm por objetivo ampliar e diversificar o processo formativo, incentivando a participação do discente em atividades que possibilitem novas experiências sociais, culturais e profissionais, além de atividades que valorizem e incentivem o tripé universitário e a indissociabilidade entre extensão, ensino e pesquisa.
3. Considerada parte integrante do currículo as atividades de extensão são de realização obrigatória para a graduação do discente e deverão ser realizadas extraclasse. A carga horária para os cursos tecnólogos é de no mínimo 165 horas/relógio de atividades de extensão validadas mediante apresentação de certificados ou atestados comprobatórios da participação do aluno, contendo identificação do aluno e data de conclusão e, quando pertinente, número de horas e descrição das atividades desenvolvidas. Os certificados ou atestados comprobatórios originais devem ser apresentados na Secretaria Acadêmica com as respectivas cópias que ficarão como registro.
4. As Atividades de Extensão serão consideradas integralizadas quando o discente atingir o total de 165 horas/relógio, conforme os dispositivos contidos neste regulamento. Somente o aluno que cumprir tais horas no decorrer da graduação estará apto a concluir o curso e colar grau, mesmo que tenha obtido aprovação em todos os demais créditos regulares de sua estrutura curricular.
5. Antes do final de cada semestre letivo o discente deve apresentar documentos comprobatórios para cômputo de carga horária semestral que serão validadas pela Coordenação de Extensão e posteriormente pela Coordenação de Colegiado, nos termos deste regulamento.

6. Serão consideradas, para fins de cômputo de carga horária, as seguintes atividades, conforme tabela abaixo e serão observados, a critério do coordenador de extensão, os limites da tabela abaixo:

ATIVIDADES EXTENSIONISTAS*	APROVEITAMENTO MÁXIMO DE HORAS POR ATIVIDADE/SEMESTRE
Participação como bolsista e/ou voluntário em programas e projetos de extensão devidamente institucionalizados pela IES e previamente aprovados pela Coordenação de Extensão ou órgão equivalente da IES.	Até 20 horas por semestre
Participação como ministrante/apresentador em eventos de extensão (congresso, seminário, workshops, mesa redonda, ciclo de debates, semanas acadêmicas e/ou similares)	Até 15 horas por semestre
Organização de cursos e/ou oficinas de extensão mediante acompanhamento, validação e declaração de docente do ensino superior.	Até 15 horas por semestre
Organização de eventos de caráter extensionista (congresso, seminário, workshops, mesa redonda, ciclo de debates, semanas acadêmicas e/ou similares)	Até 20 horas por semestre
Publicação de cartilha, produto audiovisual, produto artístico ou similar mediante acompanhamento e declaração por escrito de docente do ensino superior que seja resultado de um projeto ou programa de extensão.	Até 30 horas por publicação
Prestação de serviço ligados à Universidade e que tenha interface com a comunidade externa à Universidade, mediante orientação, validação e declaração de um docente de IES, como prestação de serviço em: espaços de cultura, ciência e tecnologia; consultoria, assessoria, empresa júnior; atividade de propriedade intelectual e de inovação; e cursos e oficinas temáticas	Até 60 horas por semestre
Outras atividades extensionistas não contempladas	Até 10 horas por semestre

*Todas as opções listadas na tabela só serão validadas como atividades de extensão se cumulativamente forem ofertadas por Instituições de Ensino Superior credenciadas pelo MEC e, obrigatoriamente, que sejam iniciativas abertas à comunidade externa.

7. Para a validação das atividades extensionistas, somente, serão considerados para fins de comprovação documento comprobatório da atividade desenvolvida (certificado, declaração, cópia da publicação ou contrato).
8. Não é possível realizar o aproveitamento ou dispensa de atividades extensionistas realizadas em período anterior ao ingresso no curso, exceto em casos de transferência, em que poderá ter aproveitamento com base no percentual definido em normativo próprio da IES.
9. A secretaria acadêmica é a responsável por receber os documentos comprobatórios e protocolar os pedidos de análise que serão encaminhados à coordenação de extensão. A coordenação de extensão é responsável por analisar a documentação e deliberar a carga

horária cumprida pelo estudante, enquanto a coordenação de ensino responsável pelo aval final, lançando no diário do aluno a carga horária realizada e remetendo para arquivo na secretaria acadêmica.

10. O aluno é responsável pelo cumprimento de prazos, pela busca de atividades de extensão a integralizar e veracidade das informações. Declarações e documentos falsos ou inexatos, disponibilizados para fins de comprovação de atividades de extensão implicarão no cancelamento da validação das horas e anulação de todos os atos decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, sendo assegurado ao aluno ou egresso o direito de recurso.
11. Os casos omissos serão resolvidos pelos respectivos Colegiados de Curso.